



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

JULIANA KALID COELHO

**CONCEPÇÕES DE AUTOAVALIAÇÃO SOB O OLHAR DE
EDUCADORES E EDUCADORAS QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO
INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Salvador
2021

JULIANA KALID COELHO

**CONCEPÇÕES DE AUTOAVALIAÇÃO SOB O OLHAR DE
EDUCADORES E EDUCADORAS QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO
INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª. Rejane de Oliveira Alves.

Salvador
2021

JULIANA KALID COELHO

**CONCEPÇÕES DE AUTOAVALIAÇÃO SOB O OLHAR DE
EDUCADORES E EDUCADORAS QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO
INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Pedagogia na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em ____/____/____

BANCA AVALIADORA

Profª Rejane de Oliveira Alves (orientadora)

Doutora em Educação pela Universidade de Brasília (UnB)

Profª Edna Telma Fonseca e Silva Vilar

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Prof. Erivelto Santiago Souza

Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

À querida amiga e educadora Clarissa B. de Pinho e Braga (in memoriam), por me apresentar ao universo das Culturas da Infância e ser exemplo inesquecível de competência e amor no exercício da pesquisa e docência.

AGRADECIMENTOS

Dia desses li em um conto do moçambicano Mia Couto, que “Na vida tudo chega de súbito. O resto, o que desperta tranquilo, é aquilo que, sem darmos conta, já tinha acontecido. Uns deixam a acontecência emergir, sem medo. Esses são os vivos. Os outros se vão adiando. Sorte deles se vão a tempo de ressuscitar antes de morrerem”. Um filme passou pela minha cabeça. Lembrei do meu primeiro contato com teóricos da Pedagogia e da Sociologia ds Infância, apresentados por minha então orientadora do Mestrado em Cultura e Sociedade (IHAC/UFBA), professora Clarissa Braga. Mal sabíamos que aquelas “simples” sugestões de leitura teriam a capacidade de desencadear uma série de mudanças para muito além de um projeto de dissertação. Foi ali que o “bichinho” da educação me mordeu e decidi reingressar para uma terceira graduação, desta vez em Pedagogia. Anos se passaram e cá estou, prestes a finalizar mais essa etapa em minha vida acadêmica, cada vez mais apaixonada pelo universo das infâncias e suas culturas. Feliz por ter deixado (apesar dos medos) essa “acontecência” emergir em minha vida. Segura, como poucas vezes, em relação aos próximos passos e certa de que tomei um punhado feliz de decisões na caminhada até aqui. Por isso, nunca senti ter tanto a agradecer: em primeiríssimo lugar, à própria Clarissa (*in memoriam*), sem a qual a esta altura a minha trajetória seria, provavelmente, “diferente pra menos”. À minha mãe, Márcia Kalid, pelo lindo exemplo de uma vida dedicada à educação. Ao meu pai, Heleno, pelo amor incondicional. Aos meus irmãos Renata e Heleno, pela eterna companhia nesta aventura chamada “vida”. Aos meus pequenos tesouros, Luquinhas, Davi e Liz, por encherem minha existência de alegria e esperança. Aos amigos e amigas (tantos, especiais de tantas formas), por ocuparem meu mundo com tanto bem querer. Aos professores e professoras da Faculdade de Educação da UFBA, por me guiarem (e inspirarem) em tantas descobertas ao longo desses anos de curso. À professora Rejane Alves, minha orientadora, pelo pulso firme, competência e apoio neste momento final (e tão importante) da minha formação. Ao meu companheiro Rodrigo, por me fornecer impulso e pouso, sempre que necessário. Por fim, a Tom, meu pequeno gigante, que ainda no ventre já me inspira tanto a seguir alçando novos (e maiores) vãos. Muito, MUITO obrigada a todos.

SUMÁRIO

1	PRIMEIRAS PALAVRAS SOBRE AVALIAÇÃO	07
2	AVALIAÇÃO DA/PARA APRENDIZAGEM	12
3	AUTOAVALIAÇÃO E HETEROAVALIAÇÃO	20
4	CRIANÇA COMO ATOR SOCIAL QUE PODE PRATICAR A AVALIAÇÃO	28
5	CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO E CONSTRUTOS SOBRE AUTOAVALIAÇÃO	36
6	CONSIDERAÇÕES NEM SEMPRE FINAIS	58
	REFERÊNCIAS	61
	APÊNDICE A – Questionário sobre Autoavaliação	69
	APÊNDICE B – Respostas ao questionário sobre Autoavaliação	70

RESUMO

COELHO, Juliana Kalid. **Concepções de Autoavaliação sob o olhar de educadores e educadoras que atuam na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

O presente trabalho tem por objetivo compreender de que forma educadores(as) de escolas públicas e particulares de Salvador/BA concebem a autoavaliação com os(as) educandos(as) das primeiras etapas de escolarização. Na busca por alcançar este propósito, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: “Como os(as) educadores(as) concebem a autoavaliação com as crianças da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I?”. Desta forma, nos propusemos a desenvolver uma investigação com vistas a entender de que forma (e se) estes(as) profissionais compreendem e desenvolvem a autoavaliação em suas práticas pedagógicas; discutir acerca do conceito e funções da autoavaliação nos processos de ensino e aprendizagem; conhecer os possíveis critérios propostos para crianças avaliarem suas produções; identificar (se existem) práticas de autoavaliação realizadas pelos educadores(as) com seus(suas) educandos(as) Educação Infantil e Ensino Fundamental I. Para fundamentação teórica e analítica foram utilizados autores especialistas na área de Avaliação, a exemplo de Esteban, Freitas e Fernandes, Hadji, Hoffmann, Lima, Luckesi, Sant’anna, Villas Boas, entre outros; bem como autores alinhados à Nova Sociologia da Infância, como Corsaro, Kramer, Lajolo, Qvortrup, Sarmiento, Sirota, dentre outros. Considerando o objetivo proposto, fez-se a opção pela pesquisa exploratória, visando ampliar conhecimentos e proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito. Utilizou-se da revisão de literatura e da análise de questionários, que foram enviados e respondidos online por 24 (vinte e quatro) educadores(as). Como conclusões à investigação, percebemos que a maioria dos(as) educadores(as) concorda com a necessidade de desenvolver práticas autoavaliativas que promovam a escuta e participação ativa das crianças. Alguns demonstram confusão conceitual ao vincularem autoavaliação à atribuição de notas, entretanto a grande maioria reconhece que não há coerência em atrelar práticas autoavaliativas à autonotação. Em geral os(as) respondentes não especificaram critérios para a autoavaliação com crianças, mas afirmaram a necessidade de estipulá-los previamente. Percebeu-se, ainda, que a autoavaliação é considerada uma prática em potencial para o desenvolvimento da autonomia com crianças, ainda que pouco ou sub utilizadas no dia a dia. As concepções de criança e infâncias manifestadas também se alinham aos estudos teóricos, reconhecendo o protagonismo e capacidades das crianças. Em linhas gerais, conseguimos dar conta das questões mobilizadoras dessa investigação e esperamos que este trabalho possa servir de estímulo para outros(as) pesquisadores(as) interessados no tema.

Palavras-chave: Avaliação para Aprendizagem; Autoavaliação; Criança.

1. PRIMEIRAS PALAVRAS SOBRE AVALIAÇÃO

A Educação, de acordo com a legislação brasileira, tem caráter obrigatório e gratuito e, com fundamento na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), deve ser inspirada nos princípios da liberdade, dos ideais de solidariedade humana e ter como finalidade “o pleno desenvolvimento do educando(a), seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Este ideal democrático, contudo, ainda está longe de ser concretizado.

Temos hoje um sistema educacional desigual, elitista e excludente, que reflete as características da configuração sócio-histórica de nossa Nação. Apesar disso, assistimos a avanços no campo teórico, com estudos, debates e questionamentos sobre de que formas a educação, o acesso e desenvolvimento do conhecimento e o currículo podem estar a serviço de um projeto social mais democrático, justo e igualitário.

Tais questionamentos também permeiam, como não poderia deixar de ser, os estudos e pesquisas contemporâneas em Avaliação para Aprendizagem, que buscam superar a lógica predominante dos tradicionais “exames escolares” - eminentemente classificatória, sentenciadora, excludente e acirrada de desigualdades -, e que, conforme ensinamentos de Freitas e Fernandes (2007, p. 14) “impossibilitam que crianças, adolescentes, jovens e adultos sejam respeitados em seu direito a um percurso contínuo de aprendizagem, socialização e desenvolvimento humano”.

A aposta passa a ser em uma perspectiva outra da Avaliação, de caráter formativo, inclusivo, cujo papel principal seria de subsidiar educadores(as) e educandos(as) com informações sobre variados aspectos, como suas dificuldades, afinidades e características para, a partir disso, tomar decisões que possam reorientar o trabalho desenvolvido para ampliar as possibilidades de aprendizagem.

Ainda hoje, em muitos contextos educativos, o ato de avaliar refere-se erroneamente e com exclusividade à medição, ou seja, à atribuição de um valor (muitas vezes por meio de nota ou conceito) por parte do(a) educador(a) ao desempenho do(a) educando(a), tendo como referência objetivos pré-estabelecidos. A prática dos exames, assim, representa um recurso de administração de poder, reproduzindo um modelo centralizador, hierárquico e autoritário em que “o educador, na situação escolar como representante do sistema, decide

o que vai examinar, o conteúdo, a forma de examinar, as questões, corrige o que o estudante escreveu, atribui notas, aprova ou reprova os estudantes” (LUCKESI, 2005, p.27).

O(a) educador(a) representa todo um sistema de poder frente ao qual cabe ao educando(a) submeter-se, temeroso quanto a uma eventual reprovação. Ao invés de cooperação, o que se observa são situações de antagonismo entre educandos(as) e educadores(as).

Há que se ter em vista, contudo, conforme salienta Luckesi (2005), que esse modelo de exames comprometido com a sociedade burguesa e seus valores de disciplinamento, submissão e exclusão, resulta de um “emaranhado histórico-social longo, amplo e consistente” (LUCKESI, 2005, p.19), cuja responsabilidade não pode ser, simplesmente, despejada sobre os ombros dos(as) educadores(as). Ele(as) próprios(as) foram educados sob temores e não é fácil romper o padrão evitando modos defasados de agir. Seria necessário, para isso, o questionamento sistemático das próprias práticas, ambiente institucional favorável e disposição para “abrirmos mão do nosso poder exacerbado de mandar e desmandar em sala de aula, abrindo espaço para o diálogo” (LUCKESI, 2005, p.31).

A autoavaliação, em nossa compreensão, desponta com a potencialidade de ser um instrumento poderoso neste contexto, tanto para educadores(as) quanto para educandos(as), na medida em que dá suporte ao desenvolvimento de capacidades para analisar suas próprias ações, conquistas, dificuldades, responsabilidades, de identificarem o que precisam para atingir seus objetivos de aprendizagem, determinarem prioridades, construir valores, entre muitas outras coisas, a partir deste que é, conforme ensinamentos de Santos (2002, p. 02), “um processo interno ao próprio sujeito”, ou seja, um processo por excelência autorregulatório.

É importante que educadores(as), assim, tenham disposição para desconstruir o próprio desejo de poder sobre esse outro - o(a) educando(a) -, em especial da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, libertando não apenas os “pequenos”, mas também (e principalmente) a si mesmos, adultos, de uma mentalidade “engessada” que ainda os(as) prende a representações opressoras e limitantes das infâncias. A partir desse contexto e apostando no deslocamento, principalmente, do olhar sobre a criança e na preocupação em romper com as formas “engessadas” de representações infantis, que em geral se refletem

nas práticas relacionadas à Avaliação para a Aprendizagem, investigaremos **“Como os(as) educadores(as) concebem a autoavaliação com as crianças da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I?”**.

Temos, como objetivo geral da pesquisa, compreender como educadores(as) concebem a autoavaliação com os(as) educandos(as) das primeiras etapas de escolarização. Na busca por alcançar este objetivo geral, estipulou-se como objetivos específicos: discutir acerca do conceito e funções da autoavaliação nos processos de ensino e aprendizagem; conhecer os possíveis critérios propostos para crianças avaliarem suas produções; identificar (se existem) práticas de autoavaliação realizadas pelos educadores(as) com seus(suas) educandos(as) Educação Infantil e Ensino Fundamental I.

Este presente trabalho de conclusão de curso se insere no âmbito de estudos e pesquisas em Avaliação da/para Aprendizagem e surgiu a partir de provocações suscitadas por leituras e discussões em sala de aula, no Curso de Pedagogia, na Faculdade de Educação, bem como de reflexões a partir de experiências pessoais de vida escolar/acadêmica e observações de práticas pedagógicas nos contextos em que tive a oportunidade de estagiar e trabalhar ao longo dos últimos anos.

O meu ingresso na Pedagogia se deu “tardiamente”, tendo sido despertado em 2013 quando cursava o mestrado no Programa Multidisciplinar em Cultura e Sociedade (Pós Cultura), na UFBA, e fui “apresentada” ao universo de estudos e pesquisas em Culturas da Infância pela minha então orientadora, Profa. Clarissa Braga. De lá para cá, venho pesquisando e me interessando por temas envolvendo o protagonismo infantil, a consideração da criança como ator social e o “rearranjo” dos olhares adulto-centrados para a compreensão da criança enquanto sujeito de direitos, capaz, com características, necessidades e potencialidades específicas e que merece escuta, oportunidade e apoio para melhor desenvolver-se de forma integral, respeitosa e saudável.

Durante os estudos em Avaliação para Aprendizagem, um conjunto específico de práticas me chamou especial atenção, por seu aparente potencial de auxiliar no desenvolvimento da autonomia e autorregulação dos sujeitos (tanto educadores(as) quanto educandos(as) na relação de ensino-aprendizagem: a autoavaliação. A partir daí, comecei a traçar os contornos do trabalho que aqui desenvolvo.

A pesquisa pretendeu ampliar a compreensão que temos sobre as percepções dos(as) educadores(as) acerca dos processos avaliativos que desenvolvem. Nosso foco, em especial, é a utilização do instrumento de autoavaliação, buscando compreender de que forma os(as) educadores(as) vêm pondo-a em prática a partir das concepções de avaliação.

A pesquisa foi desenvolvida com base na abordagem qualitativa do tema - o que a caracteriza como sendo o tipo de pesquisa em que os dados recolhidos são “ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversa [...]” (BOGDAN e BIKLEN, 2003, p. 16). Busca-se, a partir dela, conhecer as diferentes perspectivas dos sujeitos envolvidos, bem como dos fenômenos estudados. Ainda de acordo com estes autores, esse tipo de pesquisa é caracterizada por reunir informações de pormenores a partir do contato direto d/a pesquisador/a com o objeto, buscando retratar as perspectivas dos/as participantes.

É, também, uma pesquisa exploratória, visando ampliar conhecimentos e proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito (GIL, 2002). Tem, assim, conforme palavras deste mesmo autor, “como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições” (GIL, 2002, p.41).

Desta forma, nos propusemos a desenvolver uma investigação com educadores(as) que atuam na Educação Infantil e no Ensino Fundamental de algumas escolas públicas e privadas de Salvador (BA) e Região Metropolitana, com vistas a entender de que forma (e se) estes(as) profissionais compreendem e desenvolvem a autoavaliação em suas práticas pedagógicas. Após o envio de um questionário composto de 14 questões (sendo 6 perguntas sobre o perfil profissional e 8 específicas sobre o tema da autoavaliação), obtivemos a resposta de 24 respondentes.

A saber, o link do questionário foi enviado por meio de aplicativo de mensagens instantâneas para grupos de Coordenadores/as e Gestores/as, a fim de que pudesse alcançar um número considerável de respostas para análise nesta presente pesquisa. Consegui contato com estes grupos por meio do meu atual trabalho, na assessoria de comunicação de uma escola privada de Salvador que atua com educandos(as) a partir do 6º ano do Ensino Fundamental. A escola possui parceria com diversas outras instituições de Salvador, que trabalham com os segmentos mais jovens (até o 5º ano do Fundamental) e por conta disso tenho acesso próximo e facilitado às equipes de gestores(as) e coordenadores(as) das mesmas, que se mostraram solícitos e divulgaram o link do questionário entre suas

respectivas equipes docentes. Também por conta disto, não tenho como estimar o universo total de educadores(as) que chegaram a receber o link/questionário, mas recebemos retorno de 24 questionários respondidos.

Em linhas gerais, este trabalho está organizado em seis seções: na introdução, apresentamos o tema e questão da investigação, os objetivos e os caminhos da pesquisa; na segunda seção, situamos referências teóricas recentes sobre Avaliação da/para aprendizagem; já na terceira seção, apresentamos discussões com base nos teóricos da área a respeito das práticas autoavaliativas, suas concepções, objetivos e potencialidades. Na quarta seção, abordamos as discussões sobre as crianças enquanto atores sociais e possibilidades de participação ativa das mesmas em práticas avaliativas (em especial a partir do uso da autoavaliação), com o apoio de teóricos das áreas da Avaliação da/para Aprendizagem e Sociologia da Infância; na quinta seção, intitulada “Caminhos da investigação e construtos sobre autoavaliação”, é feita a apresentação e análise dos dados obtidos a partir das respostas aos questionários com educadores(as) atuantes nos anos finais da Educação Infantil e iniciais do Ensino Fundamental. Ou seja, nesta seção apresentamos e analisamos as concepções dos(as) educadores(as) referentes às práticas autoavaliativas e seu uso com crianças. Por fim, nas Considerações nem sempre finais, trazemos os resultados da pesquisa e as conclusões do trabalho em torno do objeto de estudo.

2. AVALIAÇÃO DA/PARA APRENDIZAGEM

A educação foi alçada à categoria de Direito Fundamental pela Constituição Federal brasileira de 1988 em paridade hierárquica com outros direitos fundamentais sociais a exemplo da saúde, trabalho, moradia, segurança e alimentação, tal sua importância para a concretização da dignidade humana e também para a consolidação de um regime, de fato, democrático.

Se esses são, de fato, nossos objetivos enquanto sociedade, é imprescindível então repensar e reelaborar as práticas pedagógicas tradicionais, dominantes em nosso país, de caráter excludente e seletivo, que reproduzem ou mesmo aprofundam o fosso das desigualdades e ampliam ainda mais a distância entre grande parcela dos alunos e a chance de desenvolverem plenamente seus potenciais para alcançarem o futuro com mais dignidade, exercendo de forma competente sua cidadania.

A todo momento de nossas vidas estamos processando avaliações e agindo a partir das conclusões que tiramos delas. Tal atividade põe em movimento habilidades de interpretação, discernimento, raciocínio lógico, crenças, preferências, valores, conceitos preconcebidos, desejos, receios, objetivos, entre muitos outros fatores, sendo o mecanismo primordial pelo qual formulamos opiniões, tomamos decisões e orientamos nossas ações diariamente nas mais variadas esferas da vida.

No contexto escolar, a Avaliação é tradicionalmente entendida no Brasil como um momento pontual do processo pedagógico, exercendo um papel de mensuração do desempenho dos(as) educandos(as) em relação a objetivos específicos previamente estipulados (ESTEBAN, 2010; VILLAS BOAS, 2007; LUCKESI, 2005, 2013; FREITAS, FERNANDES, 2007). Os resultados, convertidos em notas ou conceitos, são utilizados para decidir sobre a “aprovação ou reprovação” dos mesmos, quantificando, classificando e rotulando-os taxativamente a partir de seus desempenhos escolares. Esta é uma perspectiva que enxerga (e confunde) a Avaliação como mero ato de “examinar”, o que, na visão de

muitos teóricos da atualidade, a exemplo de Luckesi (2011, 2013, 2017), configura-se como algo ultrapassado, limitado e limitante.

É o próprio Luckesi (2013) quem ressalta que o senso comum dos(as) educadores(as) está historicamente mais comprometido com os exames escolares do que com práticas avaliativas. A razão para isto é o fato de que a nossa história com a avaliação da aprendizagem é recente quando comparada à dos exames escolares. Estes últimos remontam, de acordo com o autor, aos séculos XVI e XVII, tendo surgido e sido sistematizados a partir da emergência da Modernidade. De lá para cá, claro, muitas mudanças aconteceram, mas não profundas o suficiente para alterar o “*modus operandi*” impregnado em nossas instituições educacionais, que ainda hoje insistem em utilizar-se exclusivamente de exames para o acompanhamento da aprendizagem de seus/suas educandos(as).

O termo “avaliação da aprendizagem” foi cunhado em 1930 pelo norte-americano Ralph Tyler, para referir-se às práticas diagnósticas relacionadas ao andamento da aprendizagem dos estudantes durante suas vidas escolares, objetivando torná-las mais eficientes. Com o passar do tempo, porém, o termo passou a ser indiscriminada e erroneamente utilizado referindo-se de forma aleatória a toda e qualquer prática de aferição de aproveitamento escolar - e assim ocorre até os dias atuais (LUCKESI, 2013).

No âmbito do nosso país, as discussões sobre Avaliação da Aprendizagem surgem muito recentemente, há cerca de 50 anos, entre as décadas de 1960 e 1970. Até então, falava-se exclusivamente em “exames escolares”, conforme podemos perceber ainda na redação da Lei de Diretrizes e Bases de 1961, que possuía capítulo sobre este tema. Foi apenas com a LDB de 1996 que a expressão “avaliação” e essa nova perspectiva ganham espaço em nossa legislação (LUCKESI, 2013), conforme podemos observar no trecho destacado a seguir:

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: (...)

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais (...). (BRASIL, 1996).

Outros avanços neste sentido foram observados, de lá para cá, em nossa legislação educacional. A título ilustrativo, destacamos trecho dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), que entre outras disposições estabelece:

A avaliação é considerada como elemento favorecedor da melhoria da qualidade da aprendizagem, deixando de funcionar como arma contra o aluno. É assumida como parte integrante e instrumento de auto-regulação do processo de ensino e aprendizagem, para que os objetivos propostos sejam atingidos. A avaliação diz respeito não só ao aluno, mas também ao professor e ao próprio sistema escolar.

(...)

A concepção de avaliação dos Parâmetros Curriculares Nacionais vai além da visão tradicional, que focaliza o controle externo do aluno mediante notas ou conceitos, para ser compreendida como parte integrante e intrínseca ao processo educacional. (BRASIL, 1997, p. 42-55.)

Tais avanços, contudo, ainda não permearam as práticas das instituições educacionais com a amplitude necessária. No dia a dia, observamos uma predominância inequívoca da utilização de exames escolares em detrimento de Avaliação da Aprendizagem nos contextos escolares. Mas quais as consequências práticas disso? Sendo componente fundamental de toda prática pedagógica, as diferentes concepções que educadores(as) e instituições têm sobre a Avaliação acabam por ditar seus usos, potencialidades, limites, alcances e efeitos práticos.

Apesar do fato de que, para o senso comum, ainda hoje, no contexto educativo, o ato de avaliar refere-se à medição / atribuição de valor (seja ele através de nota ou conceito), avaliar e medir não devem jamais ser confundidos. Conforme explicam Fernandes e Freitas (2007, p.19), “Avaliar é um processo em que realizar provas e testes, atribuir notas ou conceitos é apenas parte do todo. A avaliação é uma atividade orientada para o futuro. Avalia-se para tentar manter ou melhorar nossa atuação futura”. Desta forma, como explicam

estes autores, a base da distinção é o fato de que medir remete ao presente e ao passado, com o objetivo de reunir dados sobre o progresso dos estudantes. Avaliar, por sua vez, implica utilizar as informações coletadas como subsídio para planejamentos futuros.

Luckesi (2005) explica a diferença fundamental entre as duas práticas da seguinte maneira: Avaliação da Aprendizagem Escolar seria como, desde a década de 70, começou a ser chamado o conjunto de práticas de acompanhamento da aprendizagem dos alunos em seus percursos dentro das instituições escolares. Tem como objetivo o diagnóstico da situação de aprendizagem do estudante para, a partir disso, se tomar decisões pedagógicas que auxiliem no seu desenvolvimento. Suas principais características são ser processual (operando com resultados provisórios e sucessivos), dinâmica (diagnostica situações para alterá-las), inclusiva (orientada ao desenvolvimento de todos os estudantes dentro de suas próprias necessidades, não pretendendo classificá-los e/ou excluí-los). Tem, portanto, caráter democrático, estando a serviço de todos os aprendizes, e exige dos sujeitos nela implicados (educandos e educadores) uma prática pedagógica dialógica, com interação permanente.

Ainda na concepção de Luckesi (2005), os exames são reflexo de uma lógica classificatória, que objetiva basicamente “julgar” para então aprovar (ou reprovar) os estudantes. Caracterizam-se por serem pontuais, e não processuais, ou seja: têm o condão de auferir apenas aquilo que o estudante sabe ou consegue expressar que sabe no momento exclusivo da sua “aplicação”. São, ainda, seletivos, deixando à margem aqueles “que não sabem” (de acordo com as referências estabelecidas pelos próprios examinadores). São também estáticos, ou seja, tendem a desconsiderar o caráter dinâmico da aprendizagem, classificando o estudante em determinado nível de forma definitiva. Os exames tendem, portanto, a ser excludentes, antidemocráticos e fundamentam práticas pedagógicas de cunho autoritário, muitas vezes utilizados como instrumento de poder por parte dos(as) educadores(as).

O mesmo autor continua a análise, afirmando que, na perspectiva dos “exames escolares” segue, portanto, uma lógica tradicional predominantemente classificatória,

sentenciadora, excludente e que contribui para o acirramento de desigualdades, uma vez que se utiliza de instrumentos de aferição do desempenho escolar de forma a categorizar, classificar, “taxar” os educandos em vez de consubstanciar-se como mais uma ferramenta para a promoção da sua aprendizagem (LUCKESI, 2005). Já a “nova” perspectiva de Avaliação compreende-a, por outro lado, como processo pedagógico de caráter formativo, inclusivo, desempenhando o papel de subsidiar educadores(as) e educandos(as) com informações sobre os mais variados aspectos, como suas dificuldades, afinidades e características para, a partir disso, tomar decisões que possam reorientar o trabalho desenvolvido para ampliar as possibilidades de aprendizagem.

Conforme ensinamentos de Esteban (2010), Avaliação da Aprendizagem é um termo polissêmico, sob constante tensão, central na dinâmica pedagógica e que se entrelaça a questões de poder, podendo ser descrito como:

Um processo intencional e sistemático de coleta, análise e interpretação de informações sobre conhecimentos, capacidades, atitudes e processos cognitivos dos sujeitos, em que se estima o valor ou mérito desses processos e/ou resultados, com finalidade de produzir conhecimento para orientar a tomada de decisões relativas ao processo educacional ou a políticas educacionais” (ESTEBAN, 2010, p.1).

A autora sintetiza uma ideia de Avaliação como processo pedagógico que busca informações e interpretações sobre os indícios de aprendizagens. Contudo, traz uma descrição de estimativa de valor ou mérito dessas informações “coletadas”, o que não cabe no processo de avaliar, uma vez que julgamento e meritocracia só cabem na dimensão do exame.

Esteban (2008) ressalta ainda que pensar avaliação só faz sentido se isto estiver circunscrito ao âmbito de reflexões sobre a produção do fracasso e do sucesso escolar, intimamente aliados ao processo de exclusão e inclusão sociais. Ela enfatiza, assim, a necessidade de repensarmos os processos avaliativos para criarmos propostas mais democráticas, partindo de uma pedagogia inclusiva que rompa com a avaliação meramente quantitativa, levando em conta as dimensões históricas e sociais dos educandos. Em sua

concepção, “A avaliação que impede a expressão de determinadas vozes, é uma prática de exclusão na medida em que vai selecionando o que pode e deve ser aceito na escola” (ESTEBAN, 2008, p.14).

Sendo assim, a Avaliação que se pratica nas escolas pode, em suma, ser praticada basicamente com dois intuitos, conforme explicita Villas Boas (2007): o classificatório, por um lado, com a atribuição de notas, conceitos, rótulos (“fortes, médios e fracos”, por exemplo), por segregação em turmas diferenciadas a partir do rendimento, entre outras formas que são, em última instância, utilizadas para aprovar ou reprovar, incluir ou excluir jovens do contexto escolar. Trata-se de uma das manifestações, na escola, da chamada “avaliação somativa”. Por outro lado, a avaliação pode ter o propósito de promoção da aprendizagem de educandos(as) e educadores(as) e de desenvolver a própria instituição escolar: é a chamada “avaliação formativa”.

Segundo o clássico livro sobre avaliação formativa do professor australiano Royce Sadler (1989, p. 120 apud VILLAS BOAS, 2006), utiliza-se “avaliação somativa”, que seria aquela que apresenta um balanço do desempenho do(a) educando(a) ao fim de um ciclo, atendendo em geral ao propósito de certificação. Pode também ser empregada para “medir” as aprendizagens ao fim de um período objetivando uma promoção, ou para garantir que os(as) educandos(as) atinjam certas metas de desempenho ao concluírem cursos, ou ainda que possam exercer determinadas atividades/funções, servindo ainda para selecionar aqueles que se considera que devam continuar a estudar. Para Sadler (apud VILLAS BOAS, 2006) a diferença desta para a avaliação formativa seria em termos de propósito e de efeito, e não se relacionaria com o momento da sua realização.

Assim, em sua função formativa, a avaliação permite que educadores(as) analisem o progresso dos(as) educandos(as) com frequência e de modo interativo “para identificar o que eles aprenderam e o que ainda não aprenderam, para que venham a aprender, e para que reorganizem o trabalho pedagógico” (VILLAS BOAS, 2006, p.78). Este processo, ressalta a autora, exige o respeito às diferenças e particularidades dos educandos(as), de modo que a

avaliação possa ser adaptada às suas reais necessidades e trate de modo adequado e ético os resultados, levando em conta não apenas os critérios de avaliação em si, mas o aluno, suas circunstâncias particulares e contexto de vida (inclusive histórico e social), enquanto referência. Desta perspectiva, a avaliação tem o condão de auxiliar no desenvolvimento da aprendizagem e encorajar os(as) educandos(as).

Villas Boas (2014) explica que, apesar de não haver antagonismo, há importantes distinções entre a “Avaliação *da* Aprendizagem” e a “Avaliação *para* Aprendizagem”, no que se refere à forma como a informação é usada. Na avaliação *para* aprendizagem, explica ela, a informação é utilizada para a tomada de decisões que afetam o ensino e a aprendizagem em curto espaço de tempo. Está conectada, portanto, a uma perspectiva formativa, no olhar para o futuro, implicada na melhoria dos processos de aprendizagens dos(as) educandos(as).

Por outro lado, ainda de acordo com a autora, a avaliação *da* aprendizagem tem como foco o registro e o relato do quanto já foi aprendido (no passado), objetivando os resultados e não os processos. Vincula-se, assim, a uma perspectiva somativa, cujo foco são os resultados e não o processo de aprendizagem. Na avaliação *da* aprendizagem, o sujeito da ação é exclusivamente o(a) educador(a), enquanto na avaliação *para* aprendizagem, o(a) educando(a) também participa do processo (VILLAS BOAS, 2014).

A autora se apoia no entendimento de Harlem (2006) para justificar que não há dicotomia entre avaliação “da” e “para” aprendizagem (VILLAS BOAS, 2014), pois cada qual tem seu propósito e campo de ação. A Avaliação *para* as aprendizagens está mais comprometida com a qualidade e não com a quantidade, sempre tendo como foco o desenvolvimento de intervenções durante o processo de ensino e aprendizagem. Além disso, preocupa-se com o futuro, ao contrário da avaliação *da* aprendizagem que se volta exclusivamente para o presente e passado.

Segundo Villas Boas (2007) e Freitas e Fernandes (2007) a avaliação desempenha três funções muito específicas no processo Avaliativo: função diagnóstica que diz respeito às

análises que podemos realizar ao início de um processo pedagógico para saber quais conhecimentos já existem e que outros precisam ser construídos; Avaliação somativa que diz respeito ao registros em forma de notas conceitos e menções, a partir das atividades realizadas no contexto parcial ou final de um processo; Avaliação Formativa que envolve o acompanhado integral e processual da construção de conhecimentos.

Acerca da Avaliação formativa, realizada durante o processo avaliativo, podemos utilizar a heteroavaliação e a autoavaliação para analisar como temos aprendido e o que mais favorece a construção de conceitos e conhecimentos em geral. E por isso, nos dedicaremos a descrever e contextualizar cada um dos processos que envolvem autoavaliar e heteroavaliar.

3. AUTOAVALIAÇÃO E HETEROAVALIAÇÃO

Os processos de avaliação têm sido tipificados a partir de variadas características, dentre os quais destacamos aquelas que levam em conta o sujeito praticante do ato de avaliar. Por um lado, a partir deste prisma, temos a heteroavaliação, ou seja, quando um sujeito avalia as aprendizagens de outro sujeito (ou coletividade); por outro, temos a autoavaliação, que é caracterizada pelo sujeito praticando avaliação em relação a si mesmo, olhando para alguma(s) atividade(s) que tenha realizado, construindo reflexões sobre seu próprio processo de aprendizagem.

A autoavaliação é, de acordo com Silva, Bartholomeu e Claus (2007, p.97) “um processo pelo qual um indivíduo, além de avaliar uma produção, uma ação, ou uma conduta da qual ele é o autor, também avalia suas capacidades, seus gostos, seu desempenho, suas competências e habilidades”. Trata-se, segundo os autores, de um processo cognitivo complexo, por meio do qual o(a) educando(a) realiza um olhar para si e para sua produção com o intuito de conhecer-se melhor, objetivando aperfeiçoar seu desenvolvimento cognitivo e suas ações na construção de aprendizagens. Tem, assim, caráter reflexivo e diagnóstico, sendo desejável a sua realização não apenas por parte dos(as) educandos(as), mas também por educadores(as) e mesmo pelas instituições de ensino em si, a fim de melhorar suas práticas e seus projetos formativos.

Para Lima (2017a), é imprescindível que uma escola que pretenda praticar avaliação formativamente também exerça práticas de autoavaliação em relação a si mesma, com participação dos variados sujeitos que nela atuam. Tal avaliação, contudo, não pode ser realizada como território de disputas pessoais ou para avaliar pessoas individualmente. Tal uso poderia ocorrer, como sugere o autor, pedindo-se que os docentes e profissionais, “de maneira discreta, seja por escrito ou oralmente, reflitam sobre os resultados apontados em decorrência do trabalho realizado, como por exemplo, nas reuniões do conselho de classe” (LIMA, 2017a, p.175). Antes de apontar falhas dos(as) educandos(as), portanto, o profissional é convidado a refletir sobre seu próprio percurso, tomando como base o projeto político-pedagógico da instituição e produzindo textos reflexivos sobre sua atuação. O objetivo, sempre, é o aperfeiçoamento do trabalho pedagógico realizado.

Há também a possibilidade de realização da heteroavaliação que recebe a denominação de avaliação por pares ou por colegas que, para Lima (2017b), se entrelaça aos conceitos de autoavaliação e de avaliação formativa. Isto porque, para este autor, a avaliação por pares pode ser pré-requisito ou um relevante complemento à efetivação da autoavaliação,

já que o(a) sujeito exercita a prática de avaliar, ou seja, vivencia a experiência de ser avaliador(a).

O autor alerta, contudo, que a prática só será efetiva mediante orientações contínuas e um planejamento bem feito por parte dos(as) educadores(as), com a definição clara de propósitos, critérios e acompanhamento constante. A avaliação por colegas também não deve incluir atribuição de notas ou pontos, o que pode causar estranheza e desconforto, comprometendo seu potencial formativo.

Neste sentido, os(as) educandos(as) devem ser orientados a, no processo de avaliação de pares, utilizar argumentos que realcem os aspectos positivos das produções e ofereçam sugestões de melhoria aos colegas, sem desencorajá-los. Ela não substitui a avaliação por parte dos(as) educadores(as), mas complementa-a. Tal tipo de avaliação pode ser praticada com crianças e estudantes de qualquer etapa da escolarização, desde a educação básica à superior e tem como sentido proporcionar experiências mediante as quais “as aprendizagens se alargam, princípios éticos e formativos estão presentes e a alteridade e socialização ganham reforço indispensável para a formação dos estudantes” (LIMA, 2017b, p.184).

No presente trabalho vamos nos aprofundar mais especificamente sobre a autoavaliação realizada pelos(as) educandos(as), ou seja, sobre si mesmos. Não poderíamos, contudo, deixar de explicitar o quanto acreditamos que tanto estudantes quanto professores(as) e escola teriam a ganhar com a prática sistemática e séria da autoavaliação, ampliando seus potenciais de desenvolvimento.

As práticas avaliativas - de modo especial, a autoavaliação - precisam levar em consideração que o(a) educando(a) – seja criança, jovem ou adulto - é parte ativa nesse processo, cedendo espaço para que ele também possa desenvolver, desde cedo, a autorregulação - ou seja, a “capacidade de gerenciar comportamentos, pensamentos e sentimentos, assumindo uma postura crítica, responsável e autônoma para com sua própria aprendizagem” (ZENTNER, 2019, p.1). Ou seja, é importante considerar que o próprio sujeito pode e deve fazer esse exercício reflexivo e crítico sobre sua singularidade de aprendizagem sobre como e de que forma aprende.

Para Luckesi (2016, s/p) a “autoavaliação é uma modalidade de prática avaliativa onde a presença da subjetividade do avaliador --- que avalia a si mesmo --- é intensa, desde que não conta com um controle metodológico externo, como ocorre com os recursos utilizados na heteroavaliação”. Em sua utilização, portanto, é necessário que haja uma série de

cuidados para evitar tanto a condescendência por parte do sujeito em relação à própria avaliação, quanto o excessivo rigor, uma vez que o processo estaria permeado por emoções, crenças, autoimagem e valores pré-concebidos que poderiam turvar e atrapalhar seu processo investigativo sobre seu desenvolvimento.

Neste caminho, coadunamos com a perspectiva defendida por Paulo Freire (1998, p.71), segundo o qual "o ideal é que, cedo ou tarde, se invente uma forma pela qual os educandos possam participar da avaliação. É que o trabalho do professor é o trabalho do professor com os alunos e não do professor consigo mesmo". Essa participação pode ser tanto pela autoavaliação como pela tomada de decisões coletivas que envolvem os combinados de sala de aula.

A saber, a autoavaliação se revela como importante aliada consubstanciando-se como “processo pelo qual o próprio aluno analisa continuamente as atividades desenvolvidas e em desenvolvimento, registra suas percepções e sentimentos e identifica futuras ações, para que haja avanço na aprendizagem” (VILLAS BOAS, 2008, p. 51-52). A prática recorrente da autoavaliação em um contexto adequado, é capaz de proporcionar aos(as) educandos(as) uma análise contínua de próprios processos de aprendizagem, o que o auxilia a adquirir autonomia, tirar conclusões e replanejarem suas ações a partir do que foi aprendido, do que ainda não o foi, “tomando como referências os objetivos de aprendizagem e os critérios de avaliação” (VILLAS BOAS, 2008, p. 51). Em todo caso, a autoavaliação não deve ser uma prática aleatória, mas uma ação planejada e precisa ser utilizada com responsabilidade.

Cumprido, contudo, ressaltar que há diferenças essenciais entre práticas autoavaliativas e de “autonotação”, representando esta última uma prática “quantitativista”, em que ao aluno se pede para, pontualmente, geralmente no momento final de um processo (como ao fim de um bimestre), atribuir uma nota a seu próprio desempenho. A autoavaliação, por sua vez, “não visa à atribuição de notas ou menção do aluno; tem o sentido emancipatório de possibilitar-lhe refletir continuamente sobre o processo da sua aprendizagem e desenvolver a capacidade de registrar suas percepções” (VILLAS BOAS, 2001, p. 86).

Para que isto se concretize, é necessário oportunizar ao aluno(a) para que possa perceber que isso vai além do preenchimento pontual de um questionário ao final de um bimestre, de forma pouco contextualizada, não reflexiva e “acrítica”, com a atribuição final de uma nota por parte do aluno. Mas que se trata de uma ação ética e comprometida com os processos de formação do sujeito. Trata-se de uma perspectiva de avaliação formativa que

acompanha o desenvolvimento das aprendizagens e a melhoria do processo de ensino de todos(as).

De acordo Hadji (2001), uma hipótese fundamental na perspectiva da avaliação formativa é de que o(a) educando(a) participe dos processos de regulação das próprias aprendizagens, bem como os demais atores da escola. Neste sentido, para o autor, o primado da autoavaliação expressa uma dupla vontade: por um lado, a vontade de privilegiar a regulação da aprendizagem, especialmente a autorregulação. Por outro, a vontade de desenvolver atividades de metacognição.

No âmbito da regulação, o autor ressalta a necessidade de distinguirmos autonotação de autocontrole. Por autonotação, explica tratar-se de uma prática por meio da qual o aluno analisa o próprio trabalho e atribui-lhe uma nota. Segundo ele, esta prática já pode ser considerada uma forma do aluno estabelecer uma comparação entre o produto final de seu esforço, tendo em vista uma referência/norma (ou seja, os objetivos esperados da realização de tal atividade). Seria, portanto, uma forma de autobalço (HADJI, 2001). Assim, assinala que tal prática, contudo, se restringe ao momento de conclusão de um processo, quando a ação de produção está finalizada.

O “autocontrole”, por outro lado, seria componente do próprio processo de feitura, podendo ser definido, de acordo com Hadji (2001, p.102), como “observação contínua do desenrolar de suas quatro principais fases (representação do objetivo, antecipação, planejamento, execução)”. Corresponde, assim, para este autor, a uma avaliação contínua que o sujeito pratica enquanto realiza a ação, e que por vezes pode ser implícita ou mesmo inconsciente, traduzindo-se como uma instância interna reguladora da ação. Ou seja, trata-se para ele de um “olhar crítico sobre o que se faz, enquanto se faz” (HADJI, 2001, p.102).

Vale dizer que o autocontrole do qual o autor Hadji trata não se refere à ideia de controle, vigilância e imposição de regras a si mesmo como formas autoritárias de proceder com prática examinatória. Ao contrário, o autor ressalta a importância do próprio sujeito se autorregular quanto à sua forma singular de aprender. Assim, a regulação da aprendizagem não deve ser uma ação externa de alguém observando se aprendemos, mas de nós mesmos realizarmos esse ato de olhar para o nosso desenvolvimento, analisando como e se temos aprendido.

Enquanto autocontrole, portanto, a autoavaliação já estaria em certa medida presente nas ações dos(as) educandos(as), mas precisa ser um ato consciente, responsável e realizado com compromisso, sem equívocos, podendo enriquecer “o sistema interno de orientação para aumentar a eficiência da auto-regulação, verdadeira ‘chave’ de todo o

sistema” (HADJI, 2001, p.102). Deste modo, a autoavaliação não serviria como mero adorno do processo avaliativo, mas como um procedimento de participação efetiva dos sujeitos da escola.

No que se refere à metacognição, Hadji (2001) explica tratar-se de um processo mental pelo qual o(a) educando(a) adquire consciência dos aspectos e momentos diversos da sua atividade cognitiva, ou seja, “é sinônimo de atividades de autocontrole refletido das ações e condutas do sujeito que aprende. Ela é da ordem da conceptualização refletida, e implica uma tomada de consciência, pelo sujeito, de seu próprio funcionamento” (p.103).

O objetivo prioritário da autoavaliação, segundo este autor, seria portanto a passagem dos processos espontâneos, pouco ou não sistematizados de autocontrole, que por vezes são até inconscientes, para a tomada gradual de consciência, de uma regulação metacognitiva - portanto, objeto de maior reflexão, que possibilita ao educando(a) lançar mão de mais recursos e conhecimentos em seu processo. Assim, o(a) educando(a) conquista maior autonomia e independência em relação às próprias aprendizagens, diminuindo a necessidade de regulação externa por parte de terceiros, a exemplo do(a) educador(a).

A autoavaliação, contudo, é uma habilidade que deve ser construída, paulatinamente, com apoio dos(das) educadores(as). Segundo Hadji (2001), pode-se distinguir *grosso modo* quatro momentos neste processo de passagem do autocontrole espontâneo (ou regulação cognitiva implícita, que seria aquele “pensar sobre o que se faz, enquanto se faz”) em direção à autoavaliação como habilidade. Os momentos seriam: a autonotação, o autobalanco, o autocontrole crítico instrumentalizado e, por fim, a desejada regulação metacognitiva.

De acordo com Silva, Bartholomeu e Claus (2007), é preciso estabelecer objetivos claros à prática autoavaliativa, bem como preparar previamente os sujeitos (tanto educadores quanto educandos) para realizá-la, sob o risco de que a mesma cause conflitos e se distancie de seus objetivos. Não raro, por exemplo, pode haver divergência de opiniões entre educandos(as) e educadores(as) quanto às interpretações que fazem, transformando a autoavaliação em verdadeira “batalha de opiniões” que “macula” o instrumento com descrédito por parte de todos os envolvidos - os(as) educandos(as), por um lado, não sentem que sua avaliação foi valorizada/contemplada, enquanto os(as) educadores(as), discordando da autoavaliação realizada, concluem que os mesmos são despreparados ou imaturos para emitir considerações sobre si. Trata-se, assim, de um empobrecimento da experiência avaliativa, que a distancia de seu nobre objetivo de servir de meio e suporte à construção e aprimoramento das aprendizagens.

Não se trata, contudo, de deixar o(a) educando(a) sem qualquer suporte. A autoavaliação precisa ser desenvolvida e, conforme Lima (2017a), se fortalece por meio do uso do *feedback*, devolutiva ou um retorno, seja por parte do(a) educador(a), ou mesmo de colegas/pares. Para ele, a autoavaliação pode ser realizada partindo de um *feedback* encorajador que leve o(a) educando(a) a refletir sobre suas aprendizagens. A afetividade, neste processo, também se faz imprescindível, de forma que se estabeleça entre educando(a) e educador(a) relações de confiança mútua, ética e respeito.

O autor ressalta, ainda, que a autoavaliação, quando desenvolvida de acordo com os propósitos corretos, ajuda a romper com a lógica classificatória dos exames. Diz ele: “Devolver um trabalho ou qualquer produção ao estudante sem que ele seja incentivado à autoavaliação reforçará ainda mais o poder já consagrado à nota e à aprovação/reprovação, sem compromisso com as aprendizagens” (LIMA, 2017a, p.174).

É importante ressaltar que autoavaliação e heteroavaliação não são práticas excludentes, mas complementares, sendo ambas - se praticadas com rigor metodológico, consciência crítica e sensibilidade - de enorme importância para o desenvolvimento das aprendizagens dos(as) educandos(as), não apenas (mas especialmente) no contexto escolar.

Durante a vida estudantil, de acordo com Luckesi (2016), a heteroavaliação é muito utilizada em uma via de mão única na qual o(a) educador(a) é visto como a pessoa indicada para realizar a avaliação, tendo em vista que já possui formação e experiência suficientes para desenvolver o ato avaliativo. Entretanto, sabendo da importância da heteroavaliação, vale estimular a sua realização, entre os próprios colegas, desde os anos iniciais para que não fique apenas na mão do(as) educador(a) tal responsabilidade e assim se tornaria uma via de mão dupla em que todos podem realizar os processos avaliativos.

Assim, as práticas de heteroavaliação também exigem uma série de cuidados metodológicos para evitar, por exemplo, interferências subjetivas do sujeito ao qualificar a realidade. O(a) avaliador(a) precisa ter muita atenção acerca da realidade investigada e à qualificação que faz da mesma a partir das informações coletadas (LUCKESI, 2016). Em face disto, a seguinte série de cuidados deve ser seguida pelo(a) avaliador(a) ao coletar os dados:

(01) previamente, estabelecer a matriz dos dados necessários para efetivamente descrever seu objeto de investigação, evitando, desse modo, a aleatoriedade dos dados a serem coletados. Nesse caso, necessita, pois, de, sistematicamente, estabelecer todas as variáveis a serem levadas em conta para descrever cuidadosamente seu objeto de investigação; essa matriz indicará os caminhos para a elaboração de instrumentos para a necessária coleta de dados, tendo em vista garantir

uma prática avaliativa, com a menor incidência possível da subjetividade do avaliador;

(02) para tanto, necessitará de instrumentos de coleta de dados adequados ao seu objeto de investigação, elaborados segundo rigorosas regras de investigação;

(03) haverá ainda a necessidade de um padrão de qualidade desejado, previamente estabelecido, que permitirá qualificar a realidade investigada; ou seja, a realidade investigada preenche o padrão de qualidade desejado para essa realidade? (LUCKESI, 2016, s/p).

Ao seguir com rigor estes cuidados, o(a) avaliador(a) possibilita a descrição mais objetiva possível da realidade, que deve então ser observada se atente ao padrão de referência/qualidade estipulado previamente. Este é o encaminhamento mais importante e necessário da prática avaliativa porque o que se espera é que os critérios sejam atendidos para que os processos de aprendizagem sejam paulatinamente construídos.

Outro fator a ser levado em conta nos cuidados com as práticas da heteroavaliação é a influência, por vezes inconsciente, que a avaliação informal pode ter, interferindo enormemente na análise do(a) educador(a) ao atribuir notas e conceitos, por exemplo, sem que este sequer se dê conta. O(a) educador(as) pouco cuidadoso e desatento à questão é capaz, por exemplo, de realizar análises sobre as aprendizagens dos alunos sem deixar claros os critérios utilizados para cada atividade. Correm assim, muito facilmente, o risco de apegarem-se a indicadores subjetivos e não são suficientemente claros como comportamento, participação e assiduidade, para atribuir notas a mais, a menos ou até fazer o “arredondamento” de notas.

Na opinião de Villas Boas (2007) esta prática do “arredondamento de notas”, sem explicitação dos critérios utilizados, é um exemplo de uso que pode ser feito da avaliação informal. Para ela, avaliar o(a) educando(a) “como um todo” é, assim, uma prática dúbia, pois pode servir tanto para beneficiá-lo quanto para prejudicá-lo em seu percurso acadêmico. Mas isso também pode ocorrer na prática da autoavaliação, em que os sujeitos buscam seu próprio favorecimento e uma das formas de fazê-lo é utilizando as notas.

Conforme ensinamentos de Lima (2017a), é fundamental que a autoavaliação jamais seja atrelada à avaliação informal desencorajadora, ou seja, as informações observadas pelo(a) educador(a), ao olhar a autoavaliação do(a) educando(a), não devem ser publicizadas ou utilizadas com propósitos que não sirvam para a reorganização do trabalho pedagógico. Em todo o caso, deve ser vinculada ao desenvolvimento das aprendizagens dos(as) educandos(as), sob pena de romper com o elo de confiança, absolutamente fundamental à

consecução dos objetivos da autoavaliação. Em outras palavras, não cabe ao educador(a) a discordância ou julgamento daquele procedimento desenvolvido pelo(a) educando(a).

É preciso estar atento ao fato de que a autoavaliação, como bem pontuam Silva, Bartholomeu e Claus (2007), não é um processo neutro. Ela compreende a participação de sujeitos diferentes, pertencentes, por exemplo, a culturas, contextos sociais, de ensino/aprendizagem e vertentes acadêmicas distintas, podendo ser influenciados por múltiplas variáveis, que têm por sua vez o condão de se tornarem restrições no momento da autoavaliação. Os autores exemplificam, apontando “as idiosincrasias, o excesso de autoconfiança, a subestimação de capacidades, a honestidade e a boa vontade de quem responde, a conscientização e a capacidade de refletir” (SILVA, BARTHOLOMEU E CLAUS, 2007, p.103) como requisitos a se considerar.

Assim, a autoavaliação, sendo uma prática que envolve grande medida de subjetividade, corre o risco de ser prejudicada por fatores de afetividade e traços de personalidade. Pode ocorrer, por exemplo, que o(a) educando(a) superestime uma habilidade ou que, pelo contrário, a subestime no exercício autoavaliativo. Há pesquisas que apontam ainda que a autoavaliação pode ser afetada por erros subjetivos, como experiências anteriores malsucedidas na aprendizagem de uma Língua Estrangeira, ou por expectativas dos pares e dos familiares, ou mesmo pela falta de prática de estudar sozinho (SILVA, BARTHOLOMEU E CLAUS, 2007). Tais restrições e dificuldades, contudo, não são o bastante para obscurecer o potencial formativo de uma prática constante, consistente, ética e bem planejada de autoavaliação, seja com adultos, adolescentes, ou mesmo crianças, conforme veremos a seguir.

4. CRIANÇA COMO ATOR SOCIAL QUE PODE PRATICAR A AVALIAÇÃO

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (BRASIL, 2009) orientam as instituições de ensino voltadas à Educação Infantil a criarem procedimentos para a avaliação do desenvolvimento das crianças que não tenham como finalidade selecionar, promover ou classificar. Ao contrário, a avaliação nesta etapa da educação deve levar em conta "a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano", além de utilizar-se para isto de "múltiplos registros realizados por adultos e crianças" (BRASIL, 2009, p.18, **grifo nosso**).

Ainda hoje, contudo, é muito comum encontrarmos pelas salas de aula do país práticas classificatórias desenvolvidas desde a Educação Infantil, como aplicação de testes e provas, como bem salientam Villas Boas (2007) e Freitas e Fernandes (2007). Além disso, não é comum que os/as educadores/as incluam as crianças de forma ativa, como coautores em seus processos avaliativos. Isto se justifica pelo apego a concepções ultrapassadas a respeito dos conceitos de "infância" e "criança", que lhes negam o estatuto de sujeitos e protagonistas da própria história. Concepções bastante antigas e arraigadas em nossa cultura adultocêntrica, como passamos a discutir nesta seção.

Referindo-se à "infância da palavra infância", Walter Kohan (2007) explica tratar-se de um vocábulo latino, cujas primeiras aparições estão estreitamente ligadas às normas e aos direitos, muito mais conectadas ao domínio da coisa pública que ao âmbito familiar ou privado. O autor nos remete a estudos etimológicos que afirmam que o termo *infans*, do qual "infância" deriva, surge da junção do *in*, prefixo privativo, com *fari*, que significa "falar". Em outras palavras, refere-se àquele(a) "que não fala", ou "incapaz de falar". Há, conforme explicita a própria etimologia, um viés autoritário que permeia as concepções tradicionais da infância e que fundamentam nossas práticas em todos os âmbitos da sociedade, o que também se reflete nas instituições educacionais.

Há também, contudo, um movimento que caminha no contrafluxo dessa tradição e tem ganhado força no sentido de repensar o lugar social das crianças. A partir dele emergem novas representações, de forma que as crianças começam também a ser compreendidas com ocupantes do lugar de sujeitos, consideradas "enquanto atores sociais, produtores de sentido, plenos participantes das práticas sociais nas quais se encontram envolvidos" (GOMES, 2008, p.82). Percebe-se, assim, uma nova tendência em se reconhecer o papel de meninos e meninas de menor idade como atores sociais, protagonistas, produtores de culturas e não meros

“objetos” ou sujeitos passivos sobre/pelos/para os quais os adultos falam, discursam e produzem representações.

É neste contexto que trazemos a discussão do papel da criança como protagonista no processo avaliativo no qual também podem ajudar a decidir e traçar caminhos que possam orientar e auxiliar as práticas avaliativas mais inclusivas e democráticas. Aqui incluímos a utilização da autoavaliação como proposta avaliativa que pode contribuir para o encorajamento, reconhecimento e ampliação das múltiplas aprendizagens.

Conforme ensinamentos de Sarmiento (2005), as crianças têm competência e capacidade para, de forma distinta - porém não menos legítima que a dos adultos -, elaborarem suas próprias interpretações de si, dos outros e do mundo, de seus pensamentos e sentimentos, utilizando-as para lidar com aquilo que as rodeia. Essa afirmação é um bom ponto de partida para a desconstrução de alguns fundamentos teóricos a partir dos quais as crianças vêm sendo tematizadas há séculos, tarefa fundamental para pensarmos em práticas alternativas que sejam inclusivas e respeitem, reconhecendo-a, a subjetividade, criatividade e potencialidades infantis. É preciso libertar não apenas os “pequenos”, mas também (e principalmente) a nós mesmos, adultos, de uma mentalidade “engessada” que ainda nos prende a tantas representações opressoras, equivocadas e limitantes das infâncias. Essa perspectiva pode representar a transformação e revisão das abordagens tradicionais sobre as crianças e a infância.

Em seu belo ensaio “O enigma da Infância”, o educador e filósofo Jorge Larrosa (2000) sugere que haveria uma espécie de “assombro” por parte do mundo adulto em relação ao universo infantil. O autor defende que a criança é algo absolutamente novo, "que dissolve a solidez de nosso mundo e suspende a certeza que temos de nós mesmos" (LARROSA, 2000, p. 169), insistindo que a criança deve ser compreendida, sempre, como algo além do que podemos antecipar, estando “para além” daquilo que sabemos, queremos ou esperamos dela.

Larrosa (2000) explica que há dois pontos de vista a partir dos quais podemos enxergar a infância: um deles compreende-a como algo que os nossos saberes, práticas e instituições capturaram; algo que podemos nomear, acomodar e sobre o que podemos intervir. Deste ponto de vista, a infância não passaria de um objeto de estudos e saberes; alvo de uma série de ações e usuário de um conjunto de instituições relativamente adaptadas às suas necessidades, características e demandas.

Por outro lado (e associando-se a esse segundo ponto de vista), o autor sugere que a infância pode ser compreendida enquanto alteridade, ou seja, enquanto algo que nunca é exatamente aquilo que sabemos, mas o outro de nosso conhecimento. Defende, ainda, que

precisamos estar dispostos a ouvi-la enquanto um “outro” que não pode jamais ser completamente acomodado por nós, mas frente ao qual ainda assim temos a obrigação de ceder espaço (LARROSA, 2000).

Larrosa é crítico em relação ao modelo positivo de verdade dominante em nosso mundo que, configurado pela razão técnico-científica, pretende ser capaz de explicar e dar conta de toda a complexidade da infância. Ele acredita que o estatuto da infância não pode ser reduzido ao modo pelo qual nossos saberes a dizem ou podem objetivar e abarcar, nem àquilo que nossas práticas podem submeter, dominar e produzir (LARROSA, 2000, p.176).

O autor faz uma importante provocação, ao questionar se “as verdades de nossos saberes” não seriam uma forma confortável de engano, expressão de uma relação do universo adulto com a infância em que esta última, completamente apropriada e sem enigma algum, se converta e se resuma a um objeto e ponto de partida de nossa vontade de dominação. (LARROSA, 2000). Com isto, o autor está a questionar se as verdades positivas não seriam, justamente, aquilo que oculta a verdade da infância, ou seja, se as concepções e crenças arraigadas que os adultos possuem não seriam formas confortáveis de “nos enganarmos”, mantendo uma posição prepotente e de dominação sobre as crianças.

Como afirmam James e James (2004), é fato que o controle sobre as crianças muitas vezes é exercido em nome do seu bem-estar. Contudo, é igualmente evidente que em outras ocasiões isso ocorre não necessariamente por zelo, mas como uma prática que precisasse ser reiterada no processo de socialização das crianças de modo a ensiná-las que elas devem sempre “fazer o que o adulto manda”, como se essa imposição constituísse uma prática necessária na “criação” das mesmas, tornando-as dóceis e obedientes. Nas palavras dos autores, “A simple and yet very clear reflection of the process by which social order is maintained across and between the generations” (JAMES e JAMES, 2004, p.4). Isto é, “Um reflexo simples, mas muito claro do processo pelo qual a ordem social é mantida entre as gerações” (tradução nossa).

No sentido da imposição que os autores destacam, a avaliação também ocupa esse lugar, inclusive, quando o(a) educador(a) imagina que somente o(a) professor(a) está “apto” para proceder com o processo avaliativo. Entretanto, este é um equívoco, pois a criança também pode olhar para si e sua forma de aprender e avaliar como está seu processo de desenvolvimento cognitivo. Para isso, basta que seja encorajada e que essa prática não seja aleatória, mas planejada e cotidianamente praticada. Avaliar não precisa ser uma ação de mão única, tanto educador(a) como educando(a) pode avaliar, independe da idade. Contudo, “é

importante saber: a avaliação não pode expor a criança a situações constrangedoras” (VILLAS BOAS, 2007, p. 14). Isto é, ao se avaliar a produção da criança, devemos dialogar sobre o que já conseguem construir e valorizar tais construções, além de buscar meios de sinalizar o que ainda precisa ser melhorado ou desenvolvido em termos de aprendizagens. Assim, devemos ter cuidado para não impor regras e impedirmos os processos criativos que são próprios do universo infantil.

A este respeito, os autores James e James (2004) apontam outro importante indício que pode ser extraído dessa necessidade dos adultos de impor às crianças o cumprimento de suas vontades: o de que as crianças, não obstante todo o controle que se pretende exercer sobre elas, ainda assim procuram fazer aquilo que desejam, mesmo que isso vá de encontro ao que lhes foi ordenado ou ensinado pelos adultos (JAMES e JAMES, 2004). Isso pode, inclusive, ser utilizado para ilustrar como a infância não se resume à reprodução do acervo cultural que lhe é direcionado pelo universo dos adultos, mas que ela também resiste, ressignifica, reage e produz.

Nessa mesma direção, Sarmiento (2003, p.11) defende que “a identidade das crianças é também a identidade cultural, isto é, a capacidade das crianças constituírem culturas não redutíveis totalmente às culturas dos adultos”. A cultura também se faz presente nas práticas avaliativas que, desde cedo, são equivocadamente desenvolvidas como práticas examinatórias e assim naturalizadas, a começar pelas crianças, como momento mais importante em que se exige mais esforço e mais seriedade. Muitas vezes se institui (de forma equivocada) o “dia da avaliação” ou até “semana de avaliação”, o que em verdade não é possível, tendo em vista que a avaliação é um processo, e não uma atividade pontual. “Avaliar”, assim, é um conceito caro e imprescindível para fundamentar a prática docente e dar sentido ao processo de *aprendizagem ensino* (ESTEBAN, 2003). Também é importante refletir e conceituar “crianças” e “infâncias” a partir de uma perspectiva mais democrática, inclusiva e respeitosa.

Um dos campos do saber que mais tem investido nesta “virada conceitual” é a chamada Nova Sociologia da Infância, que vem propondo tomar a infância como um “objeto” privilegiado de investigação que merece este status por direito próprio, partindo dela para interrogar e melhor compreender a sociedade como um todo, não apenas as crianças (SARMENTO, 2005). Quem é a criança em sala de aula? Como a criança aprende? Que sinais podem ser percebidos quando estão caminhando na construção das aprendizagens?

Règine Sirota (2001) explica que durante muito tempo a atenção dos sociólogos esteve centrada nas instâncias encarregadas de socializar as crianças, a exemplo da família, da escola e da justiça, sendo a infância em si enxergada como objeto passivo de processos de socialização capitaneados por estas instituições. A “virada conceitual” à qual nos referimos parte, portanto, de uma releitura crítica desse conceito de socialização e de suas definições funcionalistas, levando em consideração as crianças como atores desse processo.

Conforme Sarmento (2006), o trajeto científico proposto pela Nova Sociologia da Infância compreende o estudo da mesma a partir do seu próprio campo, ou seja, a criança antes do aluno e a interação social inter e intrageracional antes da instituição – esse “antes”, contudo, não deve ser compreendido como cronológico, mas como uma anterioridade ontológica: “o aluno é institucionalmente investido sobre um ser social concreto, a criança, cuja natureza biopsicosocial é incomensuravelmente mais complexa do que o estatuto que adquire quando entra na escola” (SARMENTO, 2006, p.17).

No contexto das práticas avaliativas, a partir de uma perspectiva formativa e democrática, também se faz necessária a compreensão da complexidade do(a) educando(a) enquanto sujeito biopsicosocial, de forma que se acolha e respeite as singularidades que compõem este ambiente tão heterogêneo que é a escola. Conforme ensinamentos de Esteban (2008, p.12), “a escola é um espaço caracterizado pela multiplicidade”, no qual “experiências, realidades, cosmovisões, objetivos de vida, relações sociais, estruturas de poder, tradições históricas e vivências culturais diversos se plasman”, entrecruzando-se. Isto põe em xeque uma estrutura pedagógica que propõe, predominantemente, o pensamento unívoco.

Faz-se fundamental, diante desta incongruência, uma mudança de paradigma a partir do qual o ambiente escolar seja realmente compreendido enquanto locus de interação entre culturas (inclusive infantis), histórias e trajetórias distintas, em que se adote práticas pedagógicas (dentre as quais, as avaliativas) que respeitem tais diferenças e particularidades dos(as) educandos(as). Os(as) educadores(as), portanto, têm que tomar como referência não somente os critérios de avaliação em si, mas os(as) educandos(as), suas circunstâncias e contextos de vida (VILLAS BOAS, 2006).

As novas ideias que, no âmbito da Sociologia, vêm transformando, revisando e desafiando as abordagens tradicionais sobre a criança e as infâncias, se desenvolveram no rastro de um movimento anterior a partir do qual se começou a considerar outros grupos

subordinados (a exemplo das mulheres e das minorias): “O trabalho de feministas e acadêmicos sobre minorias sociais, ao menos indiretamente, chamou atenção para o abandono das crianças” (CORSARO, 2011, p.18). Tais ideias decorrem também, segundo este autor, da ascensão de perspectivas teóricas interpretativas e construtivistas na Sociologia, nas quais as suposições sobre as gêneses de tudo (desde a amizade aos conhecimentos científicos) são examinadas como produtos ou construções sociais, não mais como consequências biológicas ou fatos sociais evidentes.

De acordo com Corsaro (2011) o pensamento sociológico sobre a infância se ocupa em grande medida do tema “socialização”, entendido como processo por meio do qual as crianças se adaptam e internalizam a sociedade. Ainda segundo o autor as teorias tradicionais, em sua maioria, focavam a família e enxergavam a criança separadamente da sociedade, como alguém que deveria ser moldado para que só futuramente pudesse tornar-se um indivíduo funcional.

A partir dessa concepção, foram propostos basicamente dois modelos de socialização: o determinista, que considerava o papel passivo da criança - aqui compreendida, ao mesmo tempo, como potencial contribuinte para a manutenção da ordem social e como possível ameaça a esta mesma ordem -, devendo por isso ser controlada e treinada cuidadosamente. Para este modelo, a sociedade se apropriaria da criança. Dentro dele, duas abordagens diferenciadas se destacam – os funcionalistas, que pregavam a ordem e o equilíbrio sociais e consideravam que as crianças deveriam ser treinadas para contribuir com a manutenção dessa ordem; e os reprodutivistas, que reconheciam a existência de desigualdades que tornariam indesejável a defesa da internalização, por parte das crianças, de requisitos funcionais da sociedade, pois isto contribuiria para a manutenção do *status quo* (CORSARO, 2011).

Para o segundo modelo, construtivista, seria a criança quem se apropriaria da sociedade, sendo encarada como ávido aprendiz com papel ativo na construção de seu mundo social. As teorias construtivistas municiaram a Sociologia na tarefa de reorientar a imagem da criança como agente ativo, contudo, foram insuficientes por não considerarem a complexidade da estrutura social e das atividades coletivas da criança, dando demasiado enfoque ao desenvolvimento de resultados (por elas considerado um processo linear), e muitas vezes concentrando-se na criança de forma isolada, individualmente considerada (CORSARO, 2011).

Para o autor, o termo “socialização” infantil carrega, “de per si”, conotação individualista e progressista dificilmente superável, que nos remete automaticamente à ideia de preparação para o futuro. “Numa perspectiva sociológica”, afirma ele, “a socialização não é só uma questão de adaptação e internalização, mas também um processo de apropriação, reinvenção e reprodução” (CORSARO, 2011, p.31). Tendo isso em vista, sugere uma nova noção, a de “reprodução interpretativa”, que pode ser explicada da seguinte maneira:

O termo *interpretativo* captura os aspectos inovadores e criativos da participação infantil na sociedade e aponta para o fato de que as crianças criam e participam de suas próprias culturas de pares pela apropriação criativa do mundo adulto para resolver suas próprias preocupações. O termo *reprodução* envolve a ideia de que a criança não se limita a internalizar a sociedade e a cultura, mas também contribui ativamente para a produção e a mudança da cultura. O termo também indica que a criança é, por sua participação muito ativa na sociedade, restrita pela reprodução social. Em outras palavras, as crianças e suas infâncias são afetadas pelas sociedades e culturas em que elas estão inseridas (CORSARO, 2011, p. 347-348, grifos do autor).

Assim, partindo do conceito de reprodução interpretativa, tem-se que a criança contribui tanto para a preservação e reprodução, quanto para eventuais alterações e mudanças na sociedade. O conceito não abriga a ideia de um desenvolvimento infantil linear, mas encara, contrariamente, a integração das crianças em suas culturas de maneira reprodutiva, por meio de processos de atribuição de sentido ao mundo adulto e produção coletiva de seus próprios mundos e culturas de pares.

A criança também é, portanto, agente da sociedade em que vive e isto significa dizer que ela participa, nas palavras de Castro (2001, p.31), “mediante intervenções nas práticas sociais situadas historicamente, em tempo e em espaço específicos e particulares, mesmo sem ser capaz de reconhecer e admitir discursivamente motivos, intenções ou justificativas de ação”.

Esta abordagem nos serve como um ponto de partida para desconstruirmos uma imagem secularizada das crianças como seres incapazes, inaptos e inúteis. É ainda preciso avançar muito, contudo, no sentido de pensar possibilidades práticas de inclusão das mesmas nos processos de discussão e deliberação de suas comunidades de pertença. Precisamos repensar as práticas sociais de maneira a incluí-las, respeitando a subjetividade infantil e, ao mesmo tempo, reconhecendo sua legitimidade para participar e interferir/influir na construção

do mundo em que vivem. Uma tarefa que ainda está, em grande medida, ainda por ser realizada.

No âmbito específico das práticas avaliativas dentro do contexto escolar, o recurso à autoavaliação pode ser importante aliado na inclusão e reconhecimento da voz das crianças em seus processos de aprendizagem, como um recurso para “substituir a lógica da exclusão, que se baseia na homogeneidade inexistente, pela lógica da inclusão, fundamentada na heterogeneidade real” (ESTEBAN, 2008, p.12).

Oliveira e Pacheco (2005) utilizam-se do conceito de “excedente de visão”, de Bakhtin, para ampliar a perspectiva da avaliação enquanto prática democrática. Explicam eles que, para Bakhtin (2000) “o outro que se encontra fora de mim, por mais próximo que esteja, não coincide comigo; nessa posição, consegue saber ou ver algo em mim que me é inacessível”. Cada sujeito, assim, possui um “excedente de visão” em relação ao outro, estabelecendo-se uma relação de complementaridade em que as diferenças, longe de serem problema, devem ser assumidas enquanto riqueza. Nas palavras dos autores, “compreender essa relação eu-outro, na constituição do meu próprio conhecimento, fortalece a exigência de que o processo avaliativo incorpore a multiplicidade de olhares constituintes da dinâmica pedagógica” (OLIVEIRA; PACHECO, 2005, p.141).

As práticas autoavaliativas, que devem ser utilizadas desde a educação infantil podem, portanto, ser importantes aliadas à inclusão desta multiplicidade de “olhares”, reconhecendo o protagonismo e a importância das crianças na construção (e recondução) das práticas avaliativas e dos seus processos de aprendizagens. Propiciam, para além disso, o desenvolvimento da autonomia e criticidade dos(as) educandos(as), sendo fundamentais para que exercitem de forma saudável e consciente a sua cidadania.

A fim de ampliarmos as discussões acerca da autoavaliação e a potencialidade que pode decorrer de sua utilização, relataremos a seguir o percurso da pesquisa realizada com docentes que atuam na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, na tentativa de conhecermos as concepções que eles(as) têm sobre práticas de autoavaliação e suas possibilidades de uso com crianças, identificando as práticas autoavaliativas porventura realizada por eles(as) com as crianças com quem trabalham.

5. CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO E CONSTRUTOS SOBRE AUTOAVALIAÇÃO

O objetivo desta seção é discutir as informações que surgiram do questionário da pesquisa para a compreensão de nosso objeto de estudo. Assim, situamos a metodologia utilizada, a abordagem e tipo de pesquisa, o contexto de sua realização, o perfil dos(as) participantes e a técnica utilizada para análise das informações. Em seguida, vamos apresentar e analisar as concepções dos(as) educadores(as) participantes acerca da autoavaliação e suas impressões/compreensões.

É fato que a escolha por uma técnica de pesquisa precisa estar indissociavelmente conectada à natureza e aos objetivos da pesquisa. Conforme ensinamentos de Marconi e Lakatos (1999, p.33), “tanto os métodos quanto as técnicas devem adequar-se ao problema a ser estudado, às hipóteses levantadas e que se queria confirmar, e ao tipo de informantes com que se vai entrar em contato”.

Sendo assim, quanto aos procedimentos da investigação, iniciou-se como uma pesquisa bibliográfica, utilizando-se de revisão de literatura (elaborada a partir de livros, artigos e materiais disponíveis na internet) e aprofunda-se com a análise de questionários, que foram respondidos por 24 (vinte e quatro) educadores/as.

De acordo com Gil (1999, p.128) pode-se definir o questionário como “técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”

O autor enumera, ainda, as vantagens e desvantagens do uso do questionário em relação a outras técnicas de coleta de dados. Por vantagens, ele considera: a possibilidade de atingir número grande de pessoas, ainda que dispersas em área geográfica extensa, uma vez que o questionário pode ser encaminhado pelo correio; garantia de anonimato dos participantes; possibilidade de que participantes respondam quando julgarem mais conveniente; não exposição dos pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado.

Como desvantagens, por outro lado, o autor destaca: exclusão de quem não possui habilidades de leitura e escrita; impossibilidade de auxiliar o participante quando ele não compreende instruções ou perguntas; impossibilidade de conhecer as circunstâncias nas quais o questionário foi respondido, que pode ser importante para avaliar a qualidade das

respostas; não garantir devolutivas devidamente preenchidas; o fato de em geral conter, número relativamente pequeno de perguntas, já que questionários extensos têm pouca probabilidade de serem respondidos; inconsistência em relação à objetividade, pois os itens podem ser interpretados de formas distintas por cada participante (GIL, 1999).

Importante ressaltar que a pesquisa foi realizada em pleno contexto de pandemia da COVID 19, no segundo semestre de 2021, o que acabou pautando uma série de decisões tendo em vista as restrições à circulação de pessoas, dificuldade de realizar encontros presenciais e também as rotinas alteradas e especialmente intensas de trabalho dos(as) educadores(as).

Para coleta de dados, utilizamos o recurso de questionário, que foi enviado de forma online para grupos de profissionais da educação (gestores, coordenadores pedagógicos e docentes) por meio de um link, hospedado na plataforma SurveyMonkey. O envio e recebimento das respostas se deu entre os dias 20 de outubro e 04 de novembro de 2021, período no qual obtivemos um retorno de 24 respostas de educadores(as) que atuam em instituições públicas e particulares de Salvador (BA) e Região Metropolitana, com turmas de crianças da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano).

No total, foram analisados os 24 questionários respondidos pelos(as) educadores(as) que colaboraram com a investigação. Por questões éticas e para evitar que os(as) participantes se sentissem constrangidos em responder às perguntas, optamos pela realização de questionários anônimos, em que o(a) respondente tinha a opção de sugerir um nome fictício pelo qual iremos, a partir deste ponto, identificá-los(as). São eles: Jacque, Mary, Nina, Gisele, Joana, Nay, Flora (1), Kyl, Erick, Inês, Ana(1), Pro J, Mascarenhas, Virginia, Joana, Isa, Oliveira, Kyu, Marina, Ana Luiza, Ana(2), Lis, Carolina, Kayala e Flora(2).

Por não estarmos trabalhando com a categoria gênero, não solicitamos que os(as) participantes o identificassem, nos limitando à referência apenas do nome fictício indicado por eles/elas.

A partir das respostas, observamos que a maioria dos(as) participantes trabalha em instituições particulares (79%). Percebe-se que 11 respondentes atuam exclusivamente com Educação Infantil, enquanto outros 12 atuam exclusivamente com o Ensino Fundamental 1,

sendo que uma respondente trabalha em ambos os segmentos. Do total de respondentes 10 possuem graduação, 11 possuem também especialização e 3 têm o título de mestrado.

Os bairros de Salvador onde se localizam as escolas são: Boca do Rio (2 respondentes), Bosque das Bromélias (1), Centro(1), Costa Azul (2), Engenho Velho de Brotas(1), Federação (1), Horto Florestal (1), Periperi (1), Pituba (12), Rio Vermelho (1), Stella Maris (1) e Vila Laura (1). Além de um(a) respondente que trabalha numa escola localizada em Gleba H - na cidade de Camaçari, localizada na região Metropolitana.

O questionário foi enviado ao maior número possível de profissionais dentro do recorte da pesquisa, na tentativa de alcançarmos uma abrangência suficiente de amostras. Isso foi interessante porque obtivemos um retorno de 24 pessoas, atendendo positivamente nossas expectativas. Com base nas respostas, realizaremos a análise de seu conteúdo e apresentaremos alguns trechos que consideramos mais representativos a partir das inquietações que mobilizamos neste processo de investigação. Deixaremos, contudo, o conteúdo integral de cada respondente disponível na seção “Apêndice B”, para eventuais consultas.

No instrumento, incluímos 06 questões relacionadas ao perfil dos(as) participantes e outras 08 questões específicas na tentativa de compreender nosso problema de pesquisa. A estas 08 questões agrupamos de acordo com 04 temas centrais de investigação, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 1: Temas centrais da investigação

Unidade temática	Pergunta(s) de questionário
1. Concepções de Avaliação da/para Aprendizagem	1. Para você, avaliação é... 2. Como você trabalha a avaliação na escola? Quais instrumentos de avaliação você mais utiliza? 3. O que você considera mais simples e mais complexo no ato de avaliar?
2. Concepções de Autoavaliação	1. O que é autoavaliação? 2. Comente sobre o possível vínculo entre autoavaliação e atribuição de

	notas.
3. Possibilidades de participação das crianças no ato avaliativo	1. De que forma as crianças podem (se podem) participar do ato avaliativo?
4. Práticas de autoavaliação com crianças.	1. Você considera possível realizar práticas de autoavaliação com crianças? Comente. 2. “A autoavaliação com crianças pode ser muito potente no processo avaliativo”. Comente essa afirmação. 3. Que critérios você considera que não podem faltar para que as crianças avaliem suas próprias produções?

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Conforme já pré-anunciamos, realizamos um agrupamento de respostas que podem trazer à tona impressões e concepções sobre a autoavaliação que os/as docentes porventura utilizam com crianças da Educação Infantil e Ensino Fundamental 1.

Unidade temática 1: Concepções de Avaliação da/para Aprendizagem

Nas respostas da pesquisa sobre o conceito de Avaliação da/para Aprendizagem aparece, com mais ênfase, uma compreensão como um processo contínuo, e não momento pontual. As palavras “processo”, “processual” e “contínuo” aparecem na maioria dos retornos ao questionário, conforme exemplos a seguir, em resposta à questão “Para você, avaliar é...”:

“Repensar, rever, **um processo**” (Marina);

“Um **ato contínuo**” (Carolina);

“**Processual** e por isso sugere que na práxis educativa é iminente a reflexão sobre o nosso fazer e como os estudantes realizam cada proposta. Levantar hipóteses e validar as especificidades dos sujeitos” (Virginia);

“Um **processo** fundamental que vai muito além das notas e relatórios”. (Inês)

Tais respostas (com grifos nossos) se alinham com definição do Ministério da Educação no que se refere à Avaliação na Educação Infantil que, em documento específico, propõe “como perspectiva a construção de uma sistemática de avaliação da educação infantil, o que supõe assumir a avaliação não como atividade pontual, mas sim como processo” (BRASIL, 2012, p.11). E este entendimento também é comum para Hoffman (2020, p. 12) quando afirma que a avaliação tem “fortes indícios de um fazer intencional e reflexivo no sentido de um processo [...] voltado ao acompanhamento individual e à promoção de oportunidades significativas de aprendizagens às crianças”.

No que se refere à oportunidade de aprendizagem, conforme trata Hoffmann, percebe-se na resposta de um professor que há mesmo essa preocupação e compromisso com a aprendizagem da criança, como defende Pro J. quando diz “Avaliação é uma maneira na qual o professor consegue acompanhar o desenvolvimento do ensino e aprendizagem do aluno”. Neste sentido, o referido professor mostra sua compreensão de que avaliação e acompanhamento, observando como se desenvolve a forma que ensina e o modo como o outro aprende.

Por outro lado, é necessário esclarecer que alguns professores reduzem a avaliação a “ferramenta” ou “instrumento”, ao invés de ato contínuo de acompanhamento. Estes são os caso do Prof. Erick: “Instrumento para alcançar a aprendizagem dos alunos e alunas” e Flora 1: “Uma das ferramentas que o professor deve ter para conhecer o seu aluno e o seu processo de aprendizagem”. Ressaltamos isto porque os instrumentos são utilizados dentro do processo avaliativo, mas não são sinônimos de avaliação, uma vez que “ao falarmos de instrumentos utilizados nos processos de avaliação, estaremos falando das tarefas que são planejadas com o propósito de subsidiar, com dados, a análise do professor acerca do momento de aprendizagem de seus estudantes” (FREITAS; FERNANDES, 2007, p.27).

Destacamos ainda a resposta de uma das educadoras, que se limitou a dizer que Avaliação é “Dispensável”. Vemos aqui uma interpretação restrita da avaliação, que desconsidera a potência e funções da mesma tanto para aprimorar a prática docente quanto para auxiliar o desenvolvimento das aprendizagens dos educandos. Provavelmente, a resposta partiu de alguém que considerou unicamente os aspectos negativos, os usos “mal” realizados dos instrumentos avaliativos em sua resposta.

De acordo com Luckesi (2014), os educadores têm estado, em termos de avaliação da aprendizagem, aprisionados a padrões que datam de séculos passados. O autor destaca,

citando a obra “Vigiar e Punir” de Michel Foucault (1987 apud LUCKESI, 2014, s/p), que “com o final dos mecanismos inquisitoriais, públicos e teatrais, do final da Idade Média, passamos, na emergência da modernidade, para os mecanismos de disciplinamento através dos micros-poderes”. Seriam estes recursos silenciosos de controle de pessoas e grupos, que, integrados, constituem a sociedade como um todo. Ainda de acordo com Luckesi (2014), os exames escolares como os conhecemos e são majoritariamente praticados no Brasil estão contidos justamente dentro desse sistema de recursos, ou seja, são carregados de ameaça e castigo com o objetivo principal de pressionar os educandos a, disciplinadamente, estudarem, aprenderem e assumirem condutas.

A avaliação não pode ser utilizada como um ato arbitrário, autoritário que mete medo nas pessoas e as desencoraja. O caminho é exatamente o contrário e deve envolver tomada de decisões coletivas, explicitando-se todas as ações que serão desenvolvidas e como serão acompanhadas as aprendizagens por todos os sujeitos, não apenas pelo(a) professor(a).

Contudo, reconhecemos que a avaliação é tema complexo, por isso, um número significativo de respostas dos(as) professores(as) apontaram para uma dificuldade ou insatisfação em relação à necessidade de avaliação que eles/elas entendem como mensuração do desempenho dos(as) educandos(as), como destacamos a seguir:

"O mais complexo é mensurar o que muitas vezes é imensurável" (Gisele)

"A falta de oportunidade de levar em consideração o processo do aluno em sala e pontuar de fato a sua atuação".

"Para mim o mais difícil é atribuir notas às crianças de 6 anos"

"O complexo é exigência às vezes de se impor que a educação infantil necessita de um olhar quantitativo". (Pro J)

"O complexo acredito qd tem uma cobrança dos pais para tirar 10 com perguntas e respostas". (Carolina)

Observa-se um entendimento equivocado de Avaliação como medida que busca mensurar e “dar nota” como se pudesse medir a aprendizagem. Quando se adota este entendimento, segundo Esteban (2010, p. 01):

[...] realiza-se através da aplicação periódica de testes, pretendendo

aferir com rigor, neutralidade e objetividade o rendimento dos sujeitos, levando a sua classificação. A medida descontextualiza os resultados, permite a comparação e a ordenação dos sujeitos em uma hierarquia e propõe uma tradução quantitativa da aprendizagem.

Ademais, avaliar não é medir. A avaliação envolve ações pedagógicas de acompanhamento do desenvolvimento das aprendizagens. Contudo, não há certezas de que alguém aprendeu algo. Há indícios de que alguém compreendeu sobre conteúdos e temáticas ou que ainda precisará se debruçar sobre temas para que aprenda. Equivocadamente, há um pensamento do senso comum de que “ter nota alta” é típico de quem aprendeu e sabe mais.

Entretanto, as notas não definem a aprendizagem. A bem da verdade, nas palavras de Esteban (2001, p.17), “A complexidade das práticas pedagógicas explicita a impossibilidade de uma avaliação objetiva, neutra, precisa”. Para a autora, é preciso resgatar a dimensão social da avaliação, compreendendo-a como “uma prática essencialmente ética e não meramente técnica, como vem sendo pensada, proposta e utilizada” (ibidem).

Destacamos, aqui, a fala da professora Joana para quem “Nada é simples no processo de avaliar, tendo em vista ser um ato que envolve culturas e crenças cristalizadas na educação, através da qual por muito tempo se acreditava que era possível classificar, medir o conhecimento”. Percebemos um anúncio crítico da professora quando usa o tempo pretérito para se referir ao que se “acreditava” - que era possível fazer a mensuração do conhecimento.

Assim, a Professora Joana já anuncia que não compreende a avaliação como ato de medida e ainda complementa que “algumas concepções mais recentes têm tensionado esse entendimento” e assim a avaliação se desenha como “um ato que deve ser constante e favorecer a aprendizagem, (...) se tornando complexa pois o professor precisa estar atento e envolvido no processo de construção de conhecimento das crianças, que geralmente é diverso”.

Nesse sentido, corroboramos, mais uma vez, com as ideias de Esteban (2001, p.16), ao afirmar que “a complexidade da sala de aula e dos processos nela instaurados esfacela a avaliação na perspectiva de classificação”. Para a autora, a classificação busca simplificar com o objetivo de ordenar, na tentativa de negar uma complexidade que é própria dos processos humanos que é a aprendizagem.

Tradicionalmente, portanto, o processo avaliativo se ancora em concepções de

homogeneidade, ordem, linearidade e previsibilidade, sendo utilizada nos cotidianos escolares, no mais das vezes, em busca de uma disciplinarização do conhecimento e hierarquização dos sujeitos. Busca, assim, se antecipar aos resultados e processos para homogeneizá-los. Uma pretensão vã, na opinião de Esteban (2001, p.15), uma vez que “o cotidiano nos informa que a heterogeneidade é um dos fios com que se tece o processo avaliativo”. É na rede heterogênea, diversa que observamos a construção de aprendizagens em tempos-espacos diferentes.

Unidade temática 2: Concepções de Autoavaliação

Incluimos no questionário uma pergunta aberta, não direcionada, indagando quais os instrumentos mais comumente utilizados pelos(as) respondentes em suas salas de aula. O objetivo principal foi identificar se eles(as) iriam apontar práticas de autoavaliação espontaneamente, entre os recursos que utilizam com seus(as) educandos(as).

Chama atenção que apenas duas respondentes tenham citado práticas autoavaliativas de forma espontânea, o que nos leva a questionar a presença destas práticas e a importância a elas conferida, no dia a dia da prática pedagógica. Mas também sugere-nos observar se os(as) professores(as) reconhecem a autoavaliação como um instrumento/procedimento avaliativo.

A professora Joana, em sua resposta, destacou: “Utilizo uma ficha com todas as expectativas de Aprendizagem em torno de um determinado projeto, na qual as crianças, juntamente com as professoras, vão regulando com critérios pré-definidos o que eles já aprenderam e o que precisam continuar investindo”. Na resposta desta professora é presente os elementos mobilizadores da aprendizagem: acompanhamento, mediação, colaboração, além do entendimento do que a própria criança aprendeu e o que ainda precisa aprender, ao invés de “taxar” de não aprendizagem.

Enquanto a professora Isa listou entre os instrumentos avaliativos: “Atividades diagnósticas/ autoavaliação/ Questionários e atividades de processo”. Mesmo que não se tenha feito maiores detalhamentos sobre a autoavaliação, pelo menos há uma sinalização de que este instrumento/procedimento avaliativo é utilizado em sala de aula.

Importante destacar que a escassez de respostas espontâneas citando práticas autoavaliativas nos remete às lições de Freitas e Fernandes (2007) que afirmam que, apesar de a autoavaliação ainda não fazer parte da cultura escolar brasileira, ela deve ser incorporada ao cotidiano das instituições educativas se o nosso objetivo for a formação de sujeitos autônomos, críticos e comprometidos. As práticas autoavaliativas, segundo os autores, dão oportunidade “a um diálogo mais profícuo entre os sujeitos da aprendizagem, à construção do conhecimento de forma mais criativa e menos mecânica” (FREITAS; FERNANDES, 2007, p.34).

Neste sentido, os benefícios das práticas autoavaliativas e do desenvolvimento cotidiano das habilidades que estas práticas exigem vão muito além da sala de aula, conforme também aponta Sant’Anna (1995, p.95), ao ressaltar que “propiciar condições para ajudar o aluno a pensar sobre si mesmo e o que tem realizado, é prepará-lo para uma aprendizagem significativa na caminhada da vida”. Segundo a autora, contudo, a autoavaliação só é passível de ser realizada de maneira fluida caso o(a) educador(a) acredite na capacidade do(a) educando(a), propiciando-lhe condições favoráveis que o(a) deixem confortável, seguro(a) e confiante para, assim, “manifestar autenticidade”.

Tais práticas autoavaliativas não devem ser reservadas apenas para o final do ano letivo, mas devem ser encorajadas para serem realizadas, de forma que contemple a caminhada, a construção de aprendizagens ao longo do processo, a fim de observar o percurso, o seu desenvolvimento. Frente a isso, chamamos atenção para o alerta de Villas Boas (2017, p.171-172), que defende que “negligenciar a autoavaliação e outros procedimentos avaliativos significa desconhecer toda a contribuição que podem oferecer às aprendizagens”, e aponta que a autoavaliação “dá oportunidade de aprender com consciência e criticidade, componentes da formação para a cidadania” (ibidem).

Nas respostas ao questionário, percebemos ainda que instrumentos tradicionalmente relacionados a práticas de mensuração e classificação foram citados com bastante frequência, mesmo em se tratando de um universo de professores(as) da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, conforme trechos que destacamos a seguir quando se referem ainda aos instrumentos/procedimentos avaliativos frequentemente utilizados:

“avaliação impressa e/ou formulário” (Nay);

“Trabalhos, provas” (Kayala)

“Trabalhos, apresentações, registros escritos”. (Flora 2)

“(…) prova, testes, atividades diárias e a observação” (Erick).

Percebemos, mais uma vez, o quanto práticas taxativas e classificatórias estão arraigadas em nosso fazer pedagógico desde cedo, marcando muitas vezes de modos extremamente negativos a vida escolar de nossos(as) educandos(as) desde a mais tenra idade. Conforme reforça Hoffmann (2020), é direito de toda e qualquer criança, independente de suas características ou especificidades, conviver em um ambiente livre de tensões e pressões, algo que nem sempre lhes é assegurado. Infelizmente por meio da avaliação, afirma ela, muitas vezes se nega ou limita essa oportunidade às crianças, “traçando precocemente sobre elas apreciações negativas, pejorativas, sem lhes dar chance de uma convivência feliz e sadia em um ambiente educativo que deve ser pensado e constituído para acolhê-las e respeitá-las” (HOFFMANN, 2020, p.14).

Neste sentido, ficamos interessados em conhecer se as compreensões de autoavaliação por parte dos(as) educadores(as) também estariam permeadas por concepções classificatórias e de mensuração, algo que, para Villas Boas (2008, 2017a) e Hadji (2001), não condiz com a natureza deste tipo de prática, desvirtuando seus objetivos e empobrecendo suas possibilidades de uso. De acordo com esses autores, a autoavaliação tem o condão de engajar mais intensamente os(as) educandos(as) quando seu objetivo não está diretamente vinculado ao estabelecimento de uma nota, por parte dos(as) educandos(as), em face da própria “performance” - procedimento que os autores denominam “autonotação”.

Perguntamos, assim, sobre a existência de relação entre autoavaliação e atribuição de notas e alguns respondentes foram no sentido de desvincular por completo as duas práticas. A professora Nay, por exemplo, foi taxativa: "Eu não vejo possibilidades de através de uma nota vincular a uma autoavaliação"; enquanto Mary limitou-se a responder “Não concordo”, no que foi seguida por Nina, para quem a relação é “Desnecessária”. Essas respostas apresentam uma ideia interessante de avaliação que se desprende dos números registrados em forma de nota e permite ainda mais liberdade para que as professoras realizarem um acompanhamento das aprendizagens, mas especialmente, serve para que a criança não cresça com a ideia de que ela mesma pode se autoconceder uma nota como resultado de sua aprendizagem.

Para Ana 2, “Nota é rendimento, o importante é a exposição do pensamento das crianças, nesse momento também é possível avaliar as questões individuais das crianças,

como os problemas sociais, a interação e os agrupamentos que se formam, outro ponto importante é a escuta sensível, tornar o momento prazeroso, não um campo de batalhas e cobranças. Como não trabalho com notas, mas com desempenho não tenho muito a dizer sobre números, mas sobre desenvolvimento”. Para essa professora, a forma da criança se expressar é mais importante do que a preocupação com a nota. Esteban (2003) e Villas Boas (2007) também defendem que as notas não refletem a aprendizagem e que as expressões, as construções, o desenvolvimento não se pode medir.

Também houve, contudo, dentre os(as) respondentes, quem defendesse a vinculação da autoavaliação à atribuição de notas, a exemplo de Lis, para quem isto é "Essencial no [Ensino] Fundamental". Para Ana 1, são "Ações distintas mas que podem andar juntas", enquanto Joana pondera: "Não vejo problema, se o "peso" atribuído estiver relacionado a critérios claros e com o conhecimento prévio de quem está sendo avaliado". Observa-se que as ideias vão mudando a partir das experiências de formação e até da vivência escolar ao longo da Educação Básica e Superior, quando somos submetidos(as) a práticas avaliativas classificatórias e excludentes, focadas na nota e nos resultados.

Kyl, por sua vez, acredita que “Com um processo que deixe claro a verdadeira função da avaliação o vínculo é possível pois aí as notas aplicadas não serão somente pra somar” e Kayala defende que o vínculo entre nota e autoavaliação “É orgânico quando trabalhado cotidianamente”, enquanto para Flora 2 “Depende de como funciona o processo de autoavaliação na instituição. Apesar das professoras citarem que não há maiores problemas em utilizar a nota no processo de autoavaliação, vale ponderar que os critérios que compõem a autoavaliação devem ser construídos de forma ética e negociada para que não ressaltem aspectos de ordem pessoal, em detrimento dos aspectos cognitivos. Por exemplo: Nota 10,0 para o/a estudante que estiver com lápis “feito a ponta” e nota menor para o contrário.

Ao analisarmos o conjunto de respostas, notamos exemplos de concepções de práticas autoavaliativas que partem de duas perspectivas distintas: a classificatória e a formativa. Conforme Villas Boas (2017a), a autoavaliação tem sido regularmente empregada de acordo com uma lógica classificatória, focada apenas em notas, aprovação e/ou reprovação do(a) educando(a). A partir desta perspectiva, os(as) educandos(as) respondem a um roteiro previamente construído pelo(a) educador(a), em momentos pontuais eleitos por este último, muitas vezes ao fim de uma atividade ou um determinado lapso temporal. É comum nestes casos pedir ao(à) educando(a) que se atribua uma nota, prática que, segundo a autora, pode ter

como objetivo que o mesmo se responsabilize pelo próprio resultado, não tendo assim do que reclamar frente ao(à) educador(a). Estas práticas pretensamente “autoavaliativas” são, assim, muitas vezes descontextualizadas e os(as) educandos(as) sequer compreendem sua função, ou o que será feito a partir de suas observações. Deste modo é utilizada na perspectiva classificatória.

Por outro lado, em uma perspectiva formativa, a autoavaliação ganha contornos bastante distintos. Conforme ensinamentos de Villas Boas (2008, p.51), nesta concepção ela “Refere-se ao processo pelo qual o próprio aluno analisa continuamente as atividades desenvolvidas e em desenvolvimento, registra suas percepções e sentimentos e identifica futuras ações, para que haja avanço na aprendizagem”. Uma análise que, segundo a autora, deve levar em consideração o que o(a) educando(a) já aprendeu, o que ainda não aprendeu, as dificuldades e facilidades do seu trabalho, tendo sempre como referencial os objetivos da aprendizagem e critérios de avaliação. A partir desse trabalho analítico o(a) educando(a) é capaz de desenhar novos objetivos.

Para Hadji (2001, p. 102), é fundamental que a autoavaliação cumpra o papel de uma auto-regulação contínua “e não sob suas formas que correspondem a ‘efeitos’ de auto-notação, até mesmo de auto-balanço”. Dessa forma, fica evidente que de uma perspectiva formativa a autoavaliação não tem como objetivo a atribuição de notas ou menções pelo(a) educando(a) mas trata-se de “possibilitar-lhe refletir continuamente sobre o processo da sua aprendizagem e desenvolver a capacidade de registrar suas percepções” (VILLAS BOAS, 2008, p.52).

Unidade temática 3: Possibilidades de participação das crianças no ato avaliativo

Perguntados sobre as possibilidades de participação das crianças no ato avaliativo, a maioria dos(as) respondentes expressou-se a favor, muitos(as) apontando especificamente para a relevância da autoavaliação e de atividades de metacognição com os(as) educandos(as).

A pergunta feita no questionário foi “De que forma as crianças podem (se podem) participar do ato avaliativo?”, e aqui destacamos algumas respostas:

“Elas não só podem como devem participar. A autoavaliação é importante e

necessária” (Jacque);

“Através de atividades metacognitivas” (Nina);

“(…) pensando sobre o que aprendeu”. (Gisele);

“Acompanhando o seu processo de construção de conhecimento em torno de um objeto de estudo” (Joana);

Quando analisamos as contribuições das professoras sobre a participação da criança na avaliação, percebe-se um respeito ao outro. A criança que pensa, que sabe se expressar, que estabelece relações, que compara as situações, que dá opinião só precisa de espaço para isso, isto é, não pode e não deve ser silenciada, mas encorajada a participar. Ao falar sobre o desenvolvimento da criança, Hoffmann (2020, p. 42) assinala que “se respeitadas e desafiadas, adequadamente, a realizar novas descobertas, a pensar sobre as coisas e a expressar suas ideias, irão naturalmente se desenvolver até onde for possível em termos de sua etapa de crescimento”.

Para Isa, a resposta seria “Nas discussões sobre o processo de aprendizagem / realizando metacognições e autoavaliações”, enquanto Ana 1 acredita que “Através da autoavaliação. Em uma roda de conversa, levantar questões para que elas analisem e cheguem a conclusão daquilo que foi mais desafiador”. Acerca dos processos de aprendizagem que devemos fazer o acompanhamento e registro é importante que a própria criança seja protagonista. Entretanto, segundo Hoffmann (2020, p. 42) “não se pode propor às crianças desafios que estejam além de suas possibilidades, em certo momento, correndo-se o risco de causar-lhes inseguranças e/ou pressões desnecessárias”. Escutar a criança, perguntar como foi a experiência, como acolheu o desafio e como se desenvolveu já contribui para o contexto de confiança mútua entre os sujeitos que avaliam. E a professora Inês concorda, destacando que “através da escuta das suas falas e do seu comportamento” é possível compreender como aprenderam..

“Pro J” destaca ainda a necessidade de adaptação das práticas autoavaliativas à faixa etária e perfil da criança: “Narrando e registrando seu próprio desenvolvimento de aprendizagem. Seja em desenho, ou uma atividade dirigida”. E a criança sabe dizer e expressar suas aprendizagens em atividades diversas, não apenas para cumprir tarefas solicitadas, mas que possam observar, retomar, refazer, ampliar os saberes já construídos.

De acordo com Virgínia, “A partir de auto-avaliação; Assembleias que visem oportunizar relatos e seus registros; quadros comparativos sobre determinado assunto como: O que eu sabia? O que eu sei agora?; Dialogar sobre os sentimentos para validar o que sentimos nas vivências em sala de aula; E que eles participem da construção dos projetos e pedagógicos relatando o que possuem interesse em conhecer”.

Segundo Villas Boas (2008), de fato, as práticas autoavaliativas incluem (e não deveriam incluir) formulação de julgamentos de mérito por parte do(a) próprio(a) educando(a), algo que comumente fica restrito ao(à) educador(a), além da escuta e valorização do que estes(as) educandos(as) pensam, algo que surge como desafio à ordem estabelecida. Ao(à) educador(a) cabe incentivar os(as) educandos(as) para que desenvolvam esta prática de forma contínua, além de utilizar-se das informações que surgem a partir dela para reavaliar e redirecionar seu próprio planejamento pedagógico. Sem jamais, é claro, penalizar os(as) educandos(as) com base em tais informações. E a avaliação como processo reflexivo e de escuta fez parte das respostas de outras professoras:

“Vivenciando experiências e refletindo através do diálogo sobre o que fez”. (Lis)

“Autoavaliação” (Flora 2)

“Refletirmos juntos sobre o seu desenvolvimento no decorrer das semanas. Conversando sobre o conteúdo, o que aprendeu e o que teve dificuldade, o que marcou. Criar um ambiente no qual se sinta seguro para refletir sobre suas práticas e de seus colegas” (Joana).

Ana Luisa também respondeu nesse sentido, afirmando que “Tornando-a [a criança] consciente do que ela já consegue realizar (e antes não conseguia). Questionando a elas o que ela fez pra conseguir fazer aquilo? O que ela precisou mudar para chegar até aquela determinada conquista. Caso a criança não seja oralizada, pedir que ela registre artisticamente o que ela aprendeu”. Isso tem relação com o respeito e a relação de confiança que se constroi com a criança, segundo Hoffmann (2020).

Essa dinamicidade e flexibilidade caracterizam o olhar avaliativo: viver a espontaneidade de cada momento, estabelecer o múltiplo diálogo com as crianças, com a sensibilidade e o conhecimento necessário para fazer provocações diferentes a cada minuto e direcionadas a cada uma, diversificando o apoio pedagógico sem discriminar, sem rotular, sem desrespeitar o tempo e o jeito de cada criança (HOFFMANN, 2020, p.20)

A dinamicidade da avaliação serve para nos auxiliar na mudança de práticas que podem ser capazes de provocar descobertas, sugerindo novas possibilidades de observar como as aprendizagens se desenvolvem, seja no olhar, na fala, no gesto, no registro escrito e, não devemos perder a oportunidade de observar, registrar, acompanhar e mediar.

As respostas sugerem que os(as) educadores(as) compreendem a importância da participação das crianças no processo avaliativo, reconhecendo seu papel de sujeitos ativos na construção das próprias aprendizagens. Os ensinamentos de Hadji (2001) vão neste sentido, destacando a relevância de práticas autoavaliativas que sejam integradas a uma perspectiva formativa e emancipadora da avaliação. Em definição deste autor, autoavaliação significa manter “o olhar crítico sobre o que se faz enquanto se faz” (HADJI, 2001, p. 102), o que permite ao(à) educando(a) tomar consciência daquilo que já conseguiu alcançar e identificar quais desafios ainda precisam ser enfrentados. Hadji identifica, portanto, a autoavaliação como uma “atividade metacognitiva”, que define da seguinte forma:

(...) processo mental interno pelo qual um sujeito toma consciência dos diferentes aspectos e momentos de sua atividade cognitiva. Por meio desse processo, o sujeito toma distância em relação aos conteúdos envolvidos pelas atividades cognitivas em andamento. (...) Ela é da ordem da conceptualização refletida, e implica uma tomada de consciência, pelo sujeito, do seu próprio funcionamento. (HADJI, 2001, p.103).

Ou seja, a partir deste "distanciamento" em relação aos conteúdos e da “tomada de consciência” em relação ao próprio funcionamento de sua atividade cognitiva, o(a) educando(a) é então capaz de, consciente e criticamente, investir esforços para melhor desenvolver suas aprendizagens com maior autonomia.

Villas Boas (2008) também defende que a autoavaliação se constitui como um componente importante da avaliação em uma perspectiva formativa. Para ela, estas práticas estão mais ligadas à avaliação *para* aprendizagem (preocupada com o futuro) do que *da* aprendizagem (voltada para o passado), uma vez que por meio delas busca-se o desenvolvimento destas próprias aprendizagens.

Ainda em relação à possibilidade de realizar autoavaliação com crianças, houve um número considerável de respondentes que deram ênfase à importância da construção de critérios em conjunto com os(as) educandos(as), implicando as crianças em todo o processo.

Um exemplo foi a resposta de Mascarenhas, que defende que as crianças podem ter papel ativo no ato avaliativo “Sugerindo atividades, participando ativamente do planejamento das suas apresentações e fazendo uma autoavaliação do seu percurso escolar”.

Kyl também respondeu neste sentido, afirmando que “Elas podem participar de todos os momentos desde o planejamento da avaliação, inclusive dizendo o que acham de cada instrumento avaliativo”.

As relações que se estabelecem em sala de aula, conforme a própria palavra preconiza, de fato não são vias de mão única, mas exigem reciprocidade, troca, negociação, diálogo e, portanto, muita escuta. Conforme bem pontua Gonçalves (1995, p.159 apud HOFFMANN, 2020, p.85):

(...) a relação professor/aluno, como qualquer relação entre pessoas, não é unidirecional, nem mesmo quando se trata de crianças pequenas como em uma pré-escola. A relação pressupõe participação ativa de ambas as partes, o que envolve acordos e desacordos. É pelo embate entre parceiros que a criança vai construindo sua visão de mundo, conforme os significados que ela já vem elaborando desde que nasceu (sentimentos, interpretações, valores) e que são confrontados pelos significados que circulam pela escola.

Tal perspectiva vai na linha das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), que em seu art. 4º sugerem que a criança, como centro do planejamento curricular, é um sujeito histórico e de direitos que, “nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura” (BRASIL, 2009).

Houve, contudo, uma respondente que discorda da possibilidade de crianças participarem do ato avaliativo, tendo afirmado categoricamente que “Infelizmente, não podem” (Nay). Outra, menos enfática, deu a entender não se sentir muito à vontade ao responder que: “Depende da instituição de ensino, mas gosto muito de avaliar através de materiais concretos” (Kyu).

Percebemos, assim, ainda haver certa resistência à inclusão dos(as) educandos(as) neste processo, seja por insegurança do(a) educador(a), por apego a práticas mais tradicionais, ou pela reprodução de concepções arraigadas e ultrapassadas de crianças como sujeitos

incapazes de tomar decisões, comunicar-se, defender-se, pensar adequadamente ou conduzir suas vidas de acordo com valores morais (SARMENTO, 2005).

A infância, conforme se percebe pelo posicionamento destas educadoras, é marcada por uma convenção que entende serem as crianças absolutamente dependentes dos adultos, tratando-se de uma “categoria minoritária clássica, objeto de tendências tanto marginalizantes quanto paternalizadoras” (QVORTRUP, 2011, p.210). Mas não se pode negar às crianças o estatuto de sujeitos construtores tanto da própria concepção de infância como da sociedade em si. Elas exercem seu protagonismo quando se comunicam com a natureza, com a própria sociedade e com outras pessoas – adultos ou seus próprios pares e estão expostas às mesmas forças sociais que os adultos, como as forças econômicas, fatos da natureza e decisões políticas (embora não se queira de forma alguma negar que elas possam interpretar o mundo de uma forma diferente).

Um aspecto interessante foi que duas educadoras citaram, espontaneamente, a possibilidade de avaliação entre pares ou autoavaliação em grupo:

“Revendo seus pensamentos, trocando com os colegas...” (Marina).

“No individual, dupla, equipes” (Carolina).

A autoavaliação pode, de fato, ser realizada em grupo e tem o objetivo de, segundo Freitas e Fernandes (2007), avaliar coletivamente se os objetivos e propósitos definidos com o grupo estão sendo alcançados. Para isto, o grupo precisa conhecer de antemão aquilo que lhe é esperado, bem como construir regras em conjunto. Nas palavras dos autores, “a autoavaliação deve favorecer ao estudante a auto-reflexão acerca de sua postura, suas atitudes individuais e no grupo, seu papel no grupo, seus avanços, seus medos e conquistas” (FREITAS; FERNANDES, 2007, p.36). A prática auxilia-o, assim, a superar eventuais dificuldades que são comuns a quaisquer processos de aprendizagem.

Uma das respondentes destacou, ainda, a importância do *feedback* neste processo, afirmando que a autoavaliação pode, sim, ser realizada com crianças “Com intervenções das professoras no processo auto avaliativo lhes dando recursos discursivos e analíticos sobre suas próprias aquisições” (Kayala).

Villas Boas (2006) utiliza-se de alguns autores (BLACK; DYLAN e SADLER) para explicar que a avaliação formativa engloba todas as atividades desenvolvidas por

educadores(as) e educandos(as), com o intuito de fornecer informações a serem usadas como *feedback* para reorganizar o trabalho pedagógico. A autora explica que *feedback* seria o “elemento-chave” na avaliação formativa, e que ele se relaciona com a informação fornecida ao(à) educando(a) sobre em que medida ele(a) teve sucesso ao desenvolver algum trabalho.

Para que aprendam, é necessário que os(as) educandos(as) saibam em que medida e como estão progredindo. O *feedback*, neste contexto, é compreendido como “a informação dada ao aluno sobre o desenvolvimento do seu trabalho: se atende aos objetivos, se houve avanços, que aspectos precisam ser melhorados, etc” (VILLAS BOAS, 2006, p.82). Mas também podemos considerar que, a partir do diálogo, as crianças podem dar também *feedbacks* sobre como percebem que têm aprendido. É, portanto, sua autoavaliação.

Unidade temática 4: Práticas de autoavaliação com crianças.

Já expusemos como os discursos tradicionais sobre as crianças foram sendo moldados de forma a provocar a naturalização de uma ideia de “inferioridade”, disseminando a concepção de que elas possuem um caráter de “incompletude” em relação ao adulto e de “incapacidade” como protagonistas na produção de representações de mundo, o que configura um modo de utilizar-se sutilmente do poder de enunciação para exercer uma violência simbólica sobre essa categoria geracional, deslegitimando suas vozes.

Sonia Kramer (1996) afirma que:

Desvelando o real, subvertendo a aparente ordem natural das coisas, ele, o menino, ela, a menina, falam não só do seu mundo e da sua ótica de crianças, mas falam também do mundo adulto, da sociedade contemporânea, da vida atual. Imbuir-se desse olhar infantil crítico, que vira pelo avesso a costura do mundo, é, talvez, aprender com as crianças e não se deixar infantilizar. Afinal, infantilização e dependência não são projetos da sociedade moderna? (...) Conhecer a infância não significa, assim, uma das possibilidades para que o ser humano continue sendo sujeito crítico da história que o produz? (KRAMER, 1996, p. 38).

Destarte, buscamos compreender se na visão dos(as) educadores(as) seria possível desenvolver práticas autoavaliativas com crianças. A maioria dos(as) respondentes externou,

em face deste questionamento, perspectivas favoráveis ao uso da mesma, em geral apontando a necessidade de adequação das estratégias a cada etapa/faixa etária. Um exemplo de resposta neste sentido foi a da educadora Ana 1, para quem “Autoavaliação é o ato da criança analisar aquilo que foi aprendido. É possível utilizar na educação infantil. Lógico que elaborando estratégias para cada faixa etária”.

Já “Pró J”, definiu autoavaliação como “uma análise sobre si mesmo” e considera que “As crianças têm capacidade de refletir e expor uma autoanálise do seu desenvolvimento da maneira deles”.

Para Mascarenhas, “Autoavaliação é o processo de avaliar-se. Pensar o seu próprio processo”. Ela afirma acreditar que é uma prática necessária, tanto que vem realizando-a há 3 anos com alunos(as) de 7 a 9 anos: “As crianças têm a habilidade de falar sobre si. Estou a caminho! Ao conviver com seus pares as crianças conseguem avaliar os comportamentos que precisam ser melhorados, bem como o que fazer para melhorar. É um momento importantíssimo de reconhecimento de si e do outro”.

Para Flora 2, “Autoavaliação é perceber aquilo que você já aprendeu, seus limites, suas potencialidades. É possível praticar autoavaliação com diferentes ferramentas”.

A autoavaliação é uma experiência singular que a criança e todos os/as educandos/as dos mais variados níveis/segmentos/etapas de escolarização devem vivenciar. Segundo Villas Boas (2007, p.43) “a valorização do que os alunos pensam sobre a qualidade do seu trabalho constitui um desafio à ordem estabelecida e à rotina escolar”. Para alguns contextos pode parecer estranho ou novo e, por este motivo, pode não ser incorporada às práticas cotidianas, mas isso não pode nos impedir, enquanto educadores(as), de oportunizar que seja conhecida para ser utilizada como prática comum na sala de aula.

Ao serem requisitados(as) para que comentassem a afirmação “A autoavaliação com crianças pode ser muito potente no processo avaliativo” os(as) respondentes, em sua quase totalidade, demonstraram concordar.

Para Jacque, "Em muitos casos, é ali [na autoavaliação] que a criança percebe o que pode/deve ser melhorado, aprofundado, o que não foi compreendido. Diante desse diagnóstico fica mais simples a condução para as próximas etapas".

Gisele acredita que "Colocar a criança para refletir sobre seu processo de aprendizagem é dar-lhe a oportunidade de revisitar os caminhos percorridos e reconhecer em quais pontos ela teve mais facilidade e em outros mais dificuldade".

De acordo com Joana, "Isso possibilita à educação formar sujeitos autônomos e capazes de autorregular-se em um processo colaborativo e aberto, já que o conhecimento não tem limite, ele é uma obra aberta em constante construção".

Flora 1 aponta que "A autoavaliação faz a criança se perceber como protagonista no seu processo de aprendizagem", algo com que Inês concorda, destacando que "Quando a criança se sente importante no seu processo de desenvolvimento, ela se torna mais segura em diversos âmbitos, conseqüentemente no escolar".

Na concepção de Fernandes (2014) precisamos pensar e propor um sistema de avaliação mais coeso e coerente com uma perspectiva democrática de escola que envolve os sujeitos e valoriza seus saberes, e isto:

[...] implica, por parte dos professores e profissionais da educação, um comprometimento pedagógico e político marcado pela lógica da inclusão, do diálogo, da construção da autonomia, da mediação, da participação e da construção da responsabilidade com o coletivo (FERNANDES, 2014, p.118).

O compromisso de todos(as) (professor/a e aluno/a) e, no caso dessa pesquisa, de educadores(as) e crianças pode fortalecer as relações e ampliar as aprendizagens porque todos(as) compreenderão que cabe a cada um(a) fazer a sua parte para que as aprendizagens sejam (re)construídas e (re)significadas todos os dias.

Por muito tempo a infância foi compreendida como uma entidade meramente biológica, composta por sujeitos ainda incompletos, imaturos e em processo de formação, sendo as crianças usurpadas da titularidade de muitos direitos hoje compreendidos como "fundamentais" (JAMES; PROUT, 1997). Essas representações foram construídas, ao longo dos séculos, pela ação e pelo discurso do universo adulto, deixando as crianças às margens do protagonismo discursivo sobre si mesmas, como meros objetos sobre os quais se formulou conceitos, ideias, valores e práticas.

Consideradas enquanto objetos e não sujeitos, as crianças, por muito tempo não encontraram oportunidades para falar ou serem ouvidas, o que ainda hoje ocorre em muitos

contextos. Não o fazendo, não têm espaço para se falarem, não ocupam jamais a primeira pessoa dos discursos “E, por não ocupar esta primeira pessoa, isto é, por não dizer eu, por jamais assumir o lugar de sujeito do discurso, e, conseqüentemente, por consistir sempre em ele/ela nos discursos alheios, a infância é sempre definida de fora” (LAJOLO, 2011, p.229).

Esse contexto restringe o sentido da infância a um vir-a-ser, de modo que as crianças existem e têm suas vidas administradas em função do adulto que deverão tornar-se. São criados, para tanto, modelos de conduta, expectativas e prescrições voltados às crianças que ditam como devem se comportar, o que devem comer, vestir, aprender, de que forma devem reagir, que lugares podem frequentar, quais habilidades precisam desenvolver, enfim... Instaure-se, na confluência dos “saberes” legitimados pelas mais diversas áreas do conhecimento, o modelo ideal de criança “normal”, saudável e desejável aos olhos da sociedade.

Percebemos que a maioria das respostas ao questionário se insere, contudo, no contrafluxo desta tradição, repensando o lugar social das crianças com a emergência de novas representações. Assim, as crianças começam a ocupar o lugar de sujeitos, consideradas “enquanto atores sociais, produtores de sentido, plenos participantes das práticas sociais nas quais se encontram envolvidos” (GOMES, 2008, p.82). Para Joana, por exemplo, "Perceber-se como indivíduo atuante de sua própria vida retira a criança da posição coadjuvante de sua própria história e o coloca na posição de autor. A criança entende a responsabilidade que tem como protagonista do processo de aprendizagem e nós como facilitadores estamos ali para criar um ambiente que favoreça essa percepção”

Ana 1 também defende que "A criança precisa fazer parte do processo de ensino e aprendizagem, conseqüentemente da própria avaliação. Essa situação atua como um meio riquíssimo para ajudar a criança a ser um indivíduo crítico, reflexivo, com poder de tomar decisões" e Mascarenhas acrescenta que “O resultado da autoavaliação é super valiosa para o educador e para a própria criança”, uma vez que "Faz a criança pensar sobre si e analisar sua atitude e aprendizado do seu próprio ponto de vista.

Na concepção de Villas Boas (2007, p. 27) “os alunos são participantes ativos desse processo porque aprendem a identificar e revelar o que sabem e o que ainda não sabem; a reflexão pelo aluno sobre a sua aprendizagem é parte importante do processo”. Essa participação ativa no processo de avaliação implica em compromisso e responsabilidade com

o processo avaliativo que não fica restrito somente ao(à) professor(a). Por isso é tão importante o diálogo e a parceria dos sujeitos envolvidos.

Para a Professora Virginia, "a partir do momento que pautamos a escuta do outro o inserimos no processo de forma a demonstrar respeito pelas suas experiências. É demonstrar que cada um tem uma vivência a partir de um fato". E Isa, igualmente, aprova o desenvolvimento de autoavaliação com indivíduos dessa faixa etária, defendendo que esta seria "Uma maneira de implicar os educandos, enquanto sujeitos ativos, responsáveis e potentes; dando sentido e significado ao seu aprendizado e também às suas limitações".

Para Ana Luisa, "A própria consciência da aprendizagem em si já demonstra o desenvolvimento de uma criança. Esse processo, quando trabalhado desde pequenos, permite a elas repetir padrões que considerem de sucesso e diminuir o que os levou a **falha**. Permite que a criança evolua da postura de tentativa-erro para uma postura crítica com tomadas de decisões mais direcionadas" (grifo nosso). Desta resposta de Ana Luisa, destacamos a expressão "falha", que nos parece ter sido usada de forma bastante negativa, para tecermos algumas considerações acerca da necessidade de revisão das concepções tradicionais de "erro" e "acerto" em práticas de Avaliação para Aprendizagem.

A avaliação, praticada de uma perspectiva somativa, classificatória e seletiva pode até atrapalhar a aprendizagem do(a) educando(a) limitando-se a, partindo de instrumentos de aferição, classificar as respostas dadas de acordo com um padrão previamente esperado. Destaca-se, assim, o não saber, o erro, a falha, taxando a isso de insucesso e, ao(à) educando(a), de "fracassado(a)". Dessa perspectiva, conforme ensina Esteban (2001, p.4), "Saber e não saber são interpretados como opostos e excludentes, sendo ao não saber atribuído um valor negativo".

Para a autora tal tipo de avaliação:

(...) é produzida sob a ótica da negação: negação do outro, que impede, ou dificulta, o reconhecimento da validade de suas práticas, de seus saberes, dos modos como organiza a vida, de seu contexto cultural, de sua realidade social; negação do diálogo; negação dos projetos e procedimentos que sinalizam possibilidades diferentes do modelo hegemônico. (...) Tendo o objetivo de distinguir os que sabem dos que não sabem, o processo avaliativo diminui nossa capacidade de ver e compreender as diferentes manifestações dos eventos (ESTEBAN, 2001, p.7).

Já de uma perspectiva que compreende a avaliação como prática de investigação, há o reconhecimento dos múltiplos saberes, lógicas e valores que permeiam a tessitura do conhecimento. Não há uma limitação à identificação do erro ou do acerto, mas um exercício constante de investigação, uma indagação permanente sobre quais os conhecimentos e desconhecimentos que estão presentes no erro ou no acerto, ou o que se percebe como “ainda não saber”. Abandona-se, assim, a dicotomia acerto/erro, saber/não saber, tecida a partir de um padrão fixo e predefinido de conhecimento, desenvolvimento e aprendizagem, para praticar uma avaliação que informa sobre os conhecimentos e desconhecimentos, auxiliando o(a) educador(a) a ajudar o(a) educando(a) (ESTEBAN, 2001).

Na esteira destes ensinamentos da autora é importante destacar, portanto, que “todo conhecimento pode ser ampliado e todo saber, ou não saber, redefinido. Sendo assim, todo conhecimento, como todo desconhecimento, é provisório e parcial, o que permanece é o ainda não saber, que revela a possibilidade e a necessidade de novos e mais profundos conhecimentos” (ESTEBAN, 2001, p.8). E não precisamos que apenas o/a professor/a sinalize a condição do “não-saber”. A própria criança se dá conta de quando ainda não sabe e manifesta sua necessidade de ajuda, assim, o(a) educador(a) poderá fazer a mediação para ajudar na construção da aprendizagem.

Diante das respostas, percebemos que muitos(as) educadores(as) têm um entendimento da autoavaliação conectado às ideias de emancipação, autonomia e valorizam a importância de os(as) educandos(as) desenvolverem uma postura mais crítica, reflexiva e participativa em relação a seus processos de aprendizagem. O resultado sugere que em geral eles(as) valorizam a escuta das crianças, reconhecendo seu protagonismo. Ao menos em teoria, porque nossa análise foi sobre as respostas dos questionários, já que não tivemos a oportunidade de observar o desenvolvimento de suas práticas em sala de aula.

As reflexões trazidas pelos(as) respondentes, assim, guardam coerência com a definição de Freitas e Fernandes (2007), para os quais as práticas autoavaliativas devem “favorecer ao estudante a auto-reflexão acerca de sua postura, suas atitudes individuais e no grupo, seu papel no grupo, seus avanços, seus medos e conquistas. Devem ajudar na superação das dificuldades de aprendizagem, naturais a todo e qualquer processo de aprender” (FREITAS; FERNANDES, 2007, p.36).

Em relação aos critérios que não poderiam faltar para que as crianças avaliem suas

próprias produções, obtivemos respostas bastante variadas. Um item, contudo, foi recorrente: a necessidade de deixar claro para as crianças, com antecedência, o que era esperado, ou seja, quais os referenciais a partir dos quais deveriam analisar suas próprias aprendizagens.

Exemplos de respostas nesse sentido:

“O conhecimento do que elas estão sendo avaliadas” (Gisele).

“Clareza no que se espera que eles aprendam diante das situações didáticas propostas” (Joana).

“Toda avaliação precisa ter bem definida o que está sendo avaliado. Logo, as crianças precisam saber que pontos elas estão sendo avaliadas com clareza. Para se auto avaliar a criança precisa ter referências, precisa conhecer os assuntos trabalhados e assim, se sentirá segura para entender o erro e as suas produções de uma forma geral” (Flora 1).

“Incentivo, representatividade, critérios bem desenvolvidos antes da autoavaliação para que compreendam o que será feito” (Kyl).

“Os critérios devem ser escolhidos em conversa com a turma, nós como facilitadores podemos facilitar. Comportamento, interação, concentração, execução. Sempre optar por perguntas específicas: a atividade foi interessante? Você precisou de ajuda? Você trocou informações com os colegas? Explorou bem o papel?” (Joana).

Tais respostas se alinham ao defendido por Freitas e Fernandes (2007), que acreditam que o primeiro passo para o(a) educando(a) realizar a autoavaliação é ter clareza sobre o que é esperado dele(a). Só assim lhe é possível saber se está, de fato, aprendendo o que deveria, do modo como deveria. Nas palavras dos autores: “Todos nós, para podermos fazer uma análise de nossos potenciais e necessidades, em primeiro lugar devemos conhecer o que vamos aprender” (FREITAS; FERNANDES, 2007, p.35).

Na mesma linha, vale dizer, nas palavras de Villas Boas (2007) que “a combinação da avaliação baseada em critérios com a consideração das condições do aluno fornece informações importantes” para o planejamento e para a reorganização das ações pedagógicas. Isto porque os critérios são parâmetros que vão direcionar nosso olhar para os indícios da aprendizagem. Assim, quando as crianças sabem quais são os critérios e compreendem que devem observar em relação ao seu desenvolvimento, podem também ampliar a projeção da autoavaliação, se desvinculando, da nota e focando no processo.

Vale ainda dizer que ao definirmos os critérios de avaliação, deixando-os objetivos e explicitamente explicados, estamos praticando uma avaliação ética, que tem compromisso, responsabilidade, é inclusiva e democrática. E o mais importante: com critérios objetivamente definidos, diminuimos as chances de desenvolver práticas examinatórias no lugar do avaliar.

CONSIDERAÇÕES NEM SEMPRE FINAIS

Para o desenvolvimento deste trabalho de Conclusão de Curso, definimos a autoavaliação como objetivo de investigação. Para isso, elegemos educadores(as) que

trabalham com turmas da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental para responderem perguntas sobre autoavaliação e suas possibilidades de utilização com crianças. Assim, utilizamos um questionário para registrar os significados e sentidos atribuídos por estes(as) profissionais.

Mesmo com muitos avanços no que se refere aos estudos, pesquisas e discursos pedagógicos, no cotidiano das escolas do nosso país ainda persistem práticas avaliativas focadas especificamente na verificação e classificação. E pouco comprometidas em favorecer o desenvolvimento das aprendizagens dos(as) educandos(as) como parte integrante de seus processos de aprendizagem.

Nesse contexto, pareceu-nos de suma relevância pesquisar sobre práticas pedagógicas que busquem valorizar o protagonismo das crianças em seus processos de aprendizagem, fazendo-se necessário avançar muito ainda na compreensão destes indivíduos da menor idade enquanto sujeitos portadores de direitos e voz; sujeitos esse que, além de cuidados, necessitam de estímulos e espaço para exercer sua cidadania de forma ativa e em nome próprio. E uma das formas de ser ativo nesse processo de aprendizagem pode residir na participação da avaliação, sendo um dos caminhos, a realização da autoavaliação.

A partir dessa compreensão, lançamos a proposta de investigar: “Como os(as) educadores(as) concebem a autoavaliação com as crianças da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I”. E nesse caminho, estabelecemos, como objetivo geral da pesquisa, compreender como os(as) educadores(as) concebem a autoavaliação com os(as) educandos(as) das primeiras etapas de escolarização.

Analisando o construto da pesquisa, a partir das respostas aos questionários e amparado no referencial teórico adotado, percebemos que a maioria dos(as) educadores(as) se alinha aos(as) autores(as) em relação à necessidade de desenvolver práticas autoavaliativas que promovam a escuta e participação ativa das crianças, fomentando o desenvolvimento da autonomia e consciência crítica por parte das mesmas.

Alguns demonstram certa confusão conceitual, ao vincularem a autoavaliação à atribuição de notas, o que não guarda coerência com a avaliação sob uma perspectiva formativa e emancipatória, alinhando-se mais a concepções seletivistas, classificatórias e excludentes de Avaliação. Entretanto, a grande maioria dos(as) professores(as) respondentes da pesquisa, reconhece que não há coerência em atrelar práticas autoavaliativas à autonotação.

Estipulou-se como um dos objetivos específicos conhecer os possíveis critérios propostos pelos(as) educadores(as) para que as crianças avaliem suas próprias produções, questão que suscitou respostas muito heterogêneas. A maioria dos(as) respondentes não deixou claro quais os critérios que consideram importantes, mas apontaram que a construção e o estabelecimento destes, de forma prévia e combinada com os(as) educandos(as), é fundamental para o correto desenvolvimento de práticas autoavaliativas, uma vez que as crianças precisam ter objetivos e parâmetros claros, a partir dos quais poderá realizar suas análises acerca do próprio desenvolvimento, sem fazer comparações entre eles mesmos.

Outro dos objetivos estipulados refere-se à identificação (se existem) de práticas autoavaliativas por parte dos(as) educadores(as) com crianças da Educação Infantil e Ensino Fundamental I. Percebeu-se que há uma ampla aceitação (ao menos no âmbito teórico) por parte dos(as) profissionais em relação à necessidade do desenvolvimento de práticas avaliativas que levem em conta as especificidades e complexidades dos sujeitos, suas individualidades, seus tempos e os múltiplos aspectos do desenvolvimento neste período tão rico da vida.

As respostas demonstram que eles(as) declaram a autoavaliação como uma dessas possibilidades, apesar de, quando sugerido que listassem os instrumentos que utilizam em sala, apenas dois de um total de 24 participantes relacionaram a autoavaliação de forma espontânea. Isto nos sugere que, apesar do reconhecimento do potencial destas práticas, as mesmas ainda sejam pouco ou sub utilizadas no cotidiano escolar. Mas vale dizer que a autoavaliação foi citada e valorizada em outro momento do questionário, quando indagamos se seria possível desenvolver práticas autoavaliativas com crianças.

Neste sentido, os(as) Professores(as) ressaltaram a potência de utilizar a autoavaliação, deixando muito explícito os critérios que deverão ser avaliados. Isso demonstra o compromisso ético que os/as professores/as têm e a divisão das responsabilidades de avaliar, retirando toda a carga dos “ombros” do docente e oportunizando que todos os sujeitos possam vivenciar a experiência da avaliação.

Percebemos, por fim, que as concepções de criança e infâncias manifestadas na pesquisa vão no sentido de reconhecer o protagonismo e capacidades das crianças, afirmando a importância de dar voz aos sujeitos, mesmo quando ainda crianças. Avaliamos este dado com otimismo, sendo um importante avanço em relação às concepções mais tradicionais, paternalistas e adultocentradas, que consideram as crianças como “devir”, meros “projetos de

futuro”, que devem sujeitar-se silenciosa e acriticamente às formulações e interdições do universo adulto, sem qualquer ingerência sobre suas próprias aprendizagens.

O presente trabalho de pesquisa nos possibilitou conhecer mais a fundo e compartilhar com os(as) leitores(as) um pouco mais sobre as compreensões de uma pluralidade de educadores(as) sobre a autoavaliação e suas possibilidades de uso com crianças. Especialmente para esta licencianda em Pedagogia, possibilitou refletir sobre a diversidade de concepções que influenciam as práticas pedagógicas/avaliativas desenvolvidas com crianças das escolas públicas e privadas de Salvador. Escutar o que têm a dizer os(as) profissionais da educação sobre um tema da Avaliação, a meu ver, tão instigante e cheio de potencial e entender melhor sobre as “práticas autoavaliativas com crianças”. Foi uma experiência realmente enriquecedora, que mostrou o quanto ainda temos que discutir, (re)pensar e desenvolver neste âmbito, em especial quando tratamos do universo infantil.

Em um mundo tão complexo e cheio de desafios o desenvolvimento de (auto)consciência crítica e capacidade (auto)reflexiva têm importância enorme, auxiliando todos(as) - crianças, (e também jovens e adultos) - a adquirirem mais autonomia. Só assim somos capazes de interferir consciente e positivamente, seja em nossos próprios processos de aprendizagem, seja frente às mais variadas demandas da vida, fugindo à terceirização de responsabilidades e assumindo uma maior autonomia em relação à nossa própria história.

Concluimos que a autoavaliação não é um processo de autonotação em que o sujeito pode “se dar uma nota”, mas é um instrumento/procedimento avaliativo de reflexão e análise crítica sobre como estamos desenvolvendo as aprendizagens. É uma forma de olhar para si e observar o que favorece e o que atrapalha o meu desenvolvimento cognitivo, é participar ativamente do universo da avaliação de forma respeitosa, responsável e democrática.

Em linhas gerais, conseguimos dar conta das questões mobilizadoras dessa investigação e esperamos que este trabalho possa servir de estímulo para que outros(as) pesquisadores(as) de aventurem em pesquisar esse objeto: autoavaliação, ampliando as discussões, inclusive o campo para além da Educação Infantil e Ensino Fundamental. E mais que isso, esperamos que possamos estimular professores(as) das diversas etapas/segmentos/modalidades educacionais a utilizar autoavaliação como uma prática avaliativa cotidiana para melhor desenvolver os processos de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. 12.ed. Porto: Porto, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação infantil**: subsídios para construção de uma sistemática de avaliação. Brasília, DF: MEC/SEB, 2012.

_____. Conselho Nacional de Educação (2009). **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?catid=323:orgaos-vinculados&id=13684:resolucoesceb-009&option=com_content&view=article. Acesso em: 10 Out. 2021.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>, Acesso em 05 set. 2021.

_____. Presidência da República, **LEI Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf, Acesso em: 05 set. 2021.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. Presidência da República, **LEI Nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Brasília, DF, 20 dez. 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>, Acesso em: 05 set. 2021.

CASTRO, Lucia Rabello de. Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cultura. In: CASTRO, Lucia Rabello de (Org.). **Crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: NAU Editora : FAPERJ, 2001.

CORSARO, William Arnold. **Sociologia da Infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DEMO, Pedro. **Saber pensar**. São Paulo: Cortez. Instituto Paulo Freire, 2002.

DIAS, Paulo Agostinho Lourenço. **Práticas de avaliação formativa na sala de aula: regulação e feedback**. Dissertação (Mestrado em Supervisão Pedagógica) - Universidade Aberta. Lisboa, p.217, 2011.

ESTEBAN, Maria Teresa. Avaliação da aprendizagem. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

_____. A avaliação no cotidiano escolar. In: ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. 6.ed. Petrópolis: DP et alii, 2008.

_____. Ser professora: avaliar e ser avaliada. In: ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). **Escola, currículo e avaliação**. São Paulo: Cortez, 2003. p.13-37.

_____. Avaliar: ato tecido pelas imprecisões do cotidiano. In: GARCIA, Regina Leite. **Novos olhares sobre a alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2001, p.175-192. Disponível em: <<http://23reuniao.anped.org.br/textos/0611t.PDF>>. Acesso em: 9 set. 2021.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira. Porque avaliar as aprendizagens é tão importante? In: FERNANDES, Cláudia de Oliveira (Org.). **Avaliação das aprendizagens: sua relação com o papel social da escola**. São Paulo: Cortez, 2014. p.113-124.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FREITAS, Luiz Carlos de; FERNANDES, Cláudia de Oliveira. **Indagações sobre o currículo**: currículo e avaliação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Ana Maria Rabelo. Outras crianças, outras infâncias? *In*: SARMENTO, M.J. & GOUVEA, M.C.S. de (Orgs.). **Estudos da Infância**: Educação e práticas sociais. Petrópolis: Ed. Vozes Ltda, 2008. p. 82-96.

HADJI, Charles. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

HOFMANN, Jussara. **Avaliação e educação infantil**: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Editora Mediação, 2020.

_____. **Avaliação Mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à Universidade. 35a ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2019.

_____. **Pontos & Contrapontos**: do pensar ao agir em avaliação. Porto Alegre: Mediação, 2005.

JAMES, Allison e JAMES, Adrian L. **Constructing childhood**: Theory, Policy and Social Practice. London: Palgrave Macmillan, 2004.

JAMES, Allison. e PROUT, Alan. (Orgs.). **Constructing and Reconstructing Childhood**. London: Routledge, 1997.

KOHAN, Walter Omar. **Infância, estrangeiridade e ignorância**: Ensaio de Filosofia e Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

KRAMER, Sônia. Pesquisando infância e educação: um encontro com Walter Benjamin. *In*: KRAMER, Sônia.; LEITE, Isabel. **Infância: fios e desafios da pesquisa**. Campinas: Papyrus, 1996 p.13-38

LAJOLO, Marisa. Infância de papel e tinta. *In*: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

LARROSA, Jorge. El enigma de la infancia. *In*: **Pedagogía profana**. Buenos Aires: Novedades Educativas, 2000.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed: Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIMA, Erisvelton Silva. Autoavaliação: aliada da avaliação formativa. *In*: VILLAS BOAS, Benigna. **Avaliação**: interações com o trabalho pedagógico. Campinas, SP: Papyrus, 2017a.

_____. Avaliação por colegas: aprendendo a ser avaliador. In: VILLAS BOAS, Benigna. **Avaliação: interações com o trabalho pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 2017b.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Heteroavaliação, auto-avaliação e avaliação por opinião: cuidados metodológicos necessários. **Blog Luckesi - avaliação em educação**. Salvador, 13 jul. 2016. Disponível em: <<http://luckesi.blogspot.com/2016/07/110-heteroavaliacao-auto-avaliacao-e.html?m=1>>

_____. Resistências ao ato de avaliar. **Blog Luckesi - avaliação em educação**. Salvador, 9 set. 2014. Disponível em: <<https://luckesi.blogspot.com/2014/09/resistencias-ao-ato-de-avaliar.html>>

_____. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática**. Salvador: Malabares, 2005.

_____. Verificação ou avaliação: o que pratica a escola? **Série Ideias** n. 8, São Paulo: FDE, 1998, pp. 71-80.

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de e PACHECO, Dirceu Castilho. Avaliação e currículo no cotidiano escolar. In: ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). **Escola, Currículo e Avaliação**. São Paulo: Cortez, 2005.

QVORTRUP, Jens. **Nove teses sobre a infância como um fenômeno social**. *Pro-Posições* [online]. 2011, vol.22, n.1, pp. 199-211. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73072011000100015&script=sci_abstract&tling=pt>. Último acesso em: 05 de Nov. de 2021.

SANT'ANNA, Ilze Martins. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos**. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

SANTOS, Leonor. **Auto-avaliação regulada: por quê, o quê e como?** mar. 2002. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/msantos/textos/DEBfinal.pdf>>. Acesso em: 23.mai.2021.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação & Sociologia**, Ago 2005, vol.26, no.91, p.361-378.

_____. **As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade**. Braga: Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 2003.

SILVA, Kleber Aparecido da; BARTHOLOMEU, Maria Amélia Nader; CLAUS, Maristela M.Kondo. Auto-avaliação: uma alternativa contemporânea do processo avaliativo. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada** [online]. 2007, v. 7, n. 1 [Acessado 27 Setembro 2021], pp. 89-115. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1984-63982007000100006>>.

SIROTA, Règine. Emergência de uma Sociologia da Infância: evolução do objeto e do olhar. **Cadernos de pesquisa**, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, Mai 2001, n°112, p.7-31.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. Esmiuçando a Avaliação formativa. *In*: VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas (Org.). **Conversas sobre avaliação**. Campinas, SP: Papirus. 2019. p.13-21.

_____. Autoavaliação: uma prática diária. **Blog Benigna Villas Boas**. Publicado em 09 de Fevereiro de 2017a. Disponível em: <https://www.benignavillasboas.com.br/a-avaliacao-no-documento-diretrizes-pedagogicas-da-s-ecretaria-de-estado-de-educacao-do-distrito-federal/>

_____. Repensando a Autoavaliação. **Blog Grupo de Pesquisa em Avaliação e Organização do Trabalho pedagógico**. Publicado em 30 de maio de 2017b. Disponível em: <https://gepa-avaliacaoeducacional.com.br/repensando-a-autoavaliacao/>

_____. Avaliação para aprendizagem na formação de professores. **Cadernos de Educação**, Brasília, n. 26, p. 57-77, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2015/08/04-avalia%C3%A7%C3%A3o-par-a-aprendizagem-na-forma%C3%A7%C3%A3o-de-professores.pdf>. Último acesso em: 01 dez 2021.

_____. **Virando a Escola do avesso por meio da avaliação**. Campinas: Papirus, 2008.

_____. **Avaliação na Escola**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

_____. Avaliação Formativa e formação de professores: ainda um desafio. **Revista Linhas Críticas**. Brasília, v. 12, n. 22, p. 75-90, 2006.

ZENTNER, Camila. Auto-avaliação: modelos para Educação Infantil e anos iniciais. **Nova Escola Gestão**, São Paulo, 18 de março de 2019. Acesso em: 22 mar. 2021. <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/2142/autoavaliacao-modelos-para-educacao-infantil-e-anos-iniciais> >.

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO SOBRE AUTOAVALIAÇÃO

Estimado(a) professor(a),

Primeiramente, queremos agradecer por você aceitar participar de nossa pesquisa.

Em segundo lugar, informo que meu nome é Juliana Kalid Coelho (e-mail para contato: jukalid@gmail.com, telefone (71) 981974635) e estou concluindo o Curso de Pedagogia na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Um dos requisitos para a conclusão do curso é a realização de um trabalho de conclusão de curso (TCC) que, no meu caso, versa sobre “**Concepções e práticas de autoavaliação sob o olhar de educadores(as) que atuam na educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental**”.

Caso aceite participar, asseguramos que sua identidade será preservada e que as informações prestadas serão utilizadas somente neste trabalho científico. Nossa intenção de pesquisa é discutir acerca do conceito e funções da autoavaliação nos processos de ensino e aprendizagem; conhecer as concepções que os(as) educadores(as) do Ensino Fundamental têm sobre autoavaliação; identificar (se existem) as práticas de autoavaliação realizadas pelos educadores(as) com seus(suas) educandos(as) do Ensino Fundamental. Assim, solicitamos que responda às questões abaixo a partir da experiência de avaliação desenvolvida em sua sala de aula.

Nome Fictício: _____

Formação (graduação/especialização/mestrado/doutorado?): _____

Trabalha com que série/ano? _____

Há quanto tempo trabalha com esta série/ano? _____

Qual o perfil de escola em que trabalha (particular, pública?) _____

Em que bairro se localiza a escola em que trabalha? _____

1. Para você avaliação é...
2. Como você trabalha a avaliação na escola? Quais instrumentos de avaliação você mais utiliza?
3. O que você considera mais simples e mais complexo no ato de avaliar?
4. De que forma as crianças podem (se podem) participar do ato avaliativo?
5. O que é autoavaliação? Você considera possível realizar práticas de autoavaliação com crianças? Comente.
6. “A autoavaliação com crianças pode ser muito potente no processo avaliativo”. Comente essa afirmação.
7. Que critérios você considera que **não podem faltar** para que as crianças avaliem suas próprias produções?
8. Comente sobre o possível vínculo entre autoavaliação e atribuição de notas.

APÊNDICE B – Respostas completas ao questionário sobre Autoavaliação

Resposta ao Questionário #1

Nome Fictício: Flora

Formação (graduação/especialização/mestrado/doutorado): Pedagogia
Trabalha com que série/ano? 1º ano
Há quanto tempo trabalha com esta série/ano? 6 anos
Qual o perfil de escola em que trabalha (particular, pública?): Particular
Em que bairro se localiza a escola em que trabalha? Pituba

Para você avaliação é...

Uma das formas de perceber o aprendizado de cada estudante.

Como você trabalha a avaliação na escola? Quais instrumentos de avaliação você mais utiliza?

Trabalhos, apresentações, registros escritos.

O que você considera mais simples e mais complexo no ato de avaliar?

Simple- ferramentas Complexo - avaliar crianças com dificuldades de aprendizagem

De que forma as crianças podem (se você considerar que podem) participar do ato avaliativo?

Autoavaliação

O que é autoavaliação? Você considera possível realizar práticas de autoavaliação com crianças? Comente.

Autoavaliação é perceber aquilo que você já aprendeu, seus limites, suas potencialidades. É possível praticar autoavaliação com diferentes ferramentas.

“A autoavaliação com crianças pode ser muito potente no processo avaliativo”. Comente essa afirmação.

Sim, tanto a criança quanto o professor percebem onde necessitam desenvolver novas competências e habilidades em relação às abordagens.

Que critérios você considera que não podem faltar para que as crianças avaliem suas próprias produções?

Discussões, questionários, análise de dados...

Comente sobre o possível vínculo entre autoavaliação e atribuição de notas.

Depende de como funciona o processo de autoavaliação na instituição.

Resposta ao Questionário #2

Nome Fictício: kayala

Formação (graduação/especialização/mestrado/doutorado): Mestra em cultura e sociedade

Trabalha com que série/ano? 5o. Ano

Há quanto tempo trabalha com esta série/ano? 2 anos

**Qual o perfil de escola em que trabalha (particular, pública?) Particular
Em que bairro se localiza a escola em que trabalha? Pituba**

Para você avaliação é...
Um processo

Como você trabalha a avaliação na escola? Quais instrumentos de avaliação você mais utiliza?
Trabalhos, provas

O que você considera mais simples e mais complexo no ato de avaliar?
Mais simples é a praticidade de sistematizar dados , porém estes não garagem a realidade dos processos de aquisição.
Dificuldade é conseguir dar conta da complexidade que é o processo de aquisições avaliado em questões dentro de um recorte de espaço /tempo. Construir uma prova que seja justa com o processo das crianças levando em consideração suas singularidades.

De que forma as crianças podem (se você considerar que podem) participar do ato avaliativo?
Com intervenções das professoras no porcesso auto avaliativo lhes dando recursos discursivos e analíticos sobre suas próprias aquisições

O que é autoavaliação? Você considera possível realizar práticas de autoavaliação com crianças? Comente.
Sim. Completamente. Principalmente para escola que considera a subjetividade nos processos de aquisição das crianças. O processo avaliativo deve ser construído junto com a compreensão analítica da criança sobre si o que exige contorno das intervenções cotidianamente.

“A autoavaliação com crianças pode ser muito potente no processo avaliativo”. Comente essa afirmação.
Sim, a criança fazer o exercício de se compreender como sujeito com possibilidades de aquisição e condições de refletir sobre isso e reconhecer suas potências

Que critérios você considera que não podem faltar para que as crianças avaliem suas próprias produções?
Organização, planejamento, investimento

Comente sobre o possível vínculo entre autoavaliação e atribuição de notas.
É orgânico quando trabalhado cotidianamente

Resposta ao Questionário #3

Nome Fictício: Carolina

Formação (graduação/especialização/mestrado/doutorado): Especialista

Trabalha com que série/ano? 1ºano

Há quanto tempo trabalha com esta série/ano? 6 anos
Qual o perfil de escola em que trabalha (particular, pública?) Particular
Em que bairro se localiza a escola em que trabalha? Federação

Para você avaliação é...

Um ato contínuo

Como você trabalha a avaliação na escola? Quais instrumentos de avaliação você mais utiliza?

Oral, escrito

O que você considera mais simples e mais complexo no ato de avaliar?

Expressão do entendimento da criança de forma natural e espontânea o complexo acredito qd tem uma cobrança dos pais para tirar 10 com perguntas e respostas .

De que forma as crianças podem (se você considerar que podem) participar do ato avaliativo?

No individual, dupla, equipes.

O que é autoavaliação? Você considera possível realizar práticas de autoavaliação com crianças? Comente.

Lógico a criança exerce a sua expressão autocrítica

“A autoavaliação com crianças pode ser muito potente no processo avaliativo”. Comente essa afirmação.

Sim. Pq é o olhar do empenho, envolvimento...

Que critérios você considera que não podem faltar para que as crianças avaliem suas próprias produções?

Postura, desempenho e envolvimento

Comente sobre o possível vínculo entre autoavaliação e atribuição de notas.

Autoavaliação é um ato mais crítico do empenho do que atribuição de nota em uma prova escrita com perguntas e respostas

Resposta ao Questionário #4

Nome Fictício: Lis

Formação (graduação/especialização/mestrado/doutorado):

Pedagogia/Psicomotricidade

Trabalha com que série/ano? Grupo 3

Há quanto tempo trabalha com esta série/ano? 10 anos

Qual o perfil de escola em que trabalha (particular, pública?) Pública

Em que bairro se localiza a escola em que trabalha? Gleba H - Camaçari

Para você avaliação é...

Acompanhar o desenvolvimento, conquistas e avanços na aprendizagem do educando para poder intervir da melhor maneira.

Como você trabalha a avaliação na escola? Quais instrumentos de avaliação você mais utiliza?

A todo tempo, nos diferentes momentos da nossa rotina. Relatório.

O que você considera mais simples e mais complexo no ato de avaliar?

Acompanhar o desenvolvimento. / A quantidade de crianças por turma.

De que forma as crianças podem (se você considerar que podem) participar do ato avaliativo?

Vivenciando experiências e refletindo através do diálogo sobre o que fez.

O que é autoavaliação? Você considera possível realizar práticas de autoavaliação com crianças? Comente.

É avaliar a sua prática. Sim, a criança faz parte do seu processo de aprendizagem, portanto precisa fazer parte do processo avaliativo.

“A autoavaliação com crianças pode ser muito potente no processo avaliativo”. Comente essa afirmação.

Concordo, pois a criança se sentirá parte importante e atuante dentro do seu processo de aprendizagem.

Que critérios você considera que não podem faltar para que as crianças avaliem suas próprias produções?

Gostou do que fez? Como fez? Por que fez?

Comente sobre o possível vínculo entre autoavaliação e atribuição de notas.

Essencial no fundamental

Resposta ao Questionário #5

Nome Fictício: Ana

Formação (graduação/especialização/mestrado/doutorado): Especialista em alfabetização

Trabalha com que série/ano? 3º ano

Há quanto tempo trabalha com esta série/ano? 8 anos

Qual o perfil de escola em que trabalha (particular, pública?) Pública

Em que bairro se localiza a escola em que trabalha? Bromélias

Para você avaliação é...

Um processo contínuo

Como você trabalha a avaliação na escola? Quais instrumentos de avaliação você mais utiliza?

Atividades diversas

O que você considera mais simples e mais complexo no ato de avaliar?
 Não conhecer o aluno, agora na pandemia foi desafiador

De que forma as crianças podem (se você considerar que podem) participar do ato avaliativo?

Expondo seus pensamentos, escrito, oral, diário

O que é autoavaliação? Você considera possível realizar práticas de autoavaliação com crianças? Comente.

Sim, permitir que as crianças se percebam enquanto sujeito da aprendizagem, em momentos pontuais dizer se aprendeu e o que elas desejam aprender

“A autoavaliação com crianças pode ser muito potente no processo avaliativo”. Comente essa afirmação.

Ela também desafia o processo criativo da professora, ela permite entender o universo das crianças

Que critérios você considera que não podem faltar para que as crianças avaliem suas próprias produções?

O registro da professora no momento dessa conversa, para que não se percam as ideias

Comente sobre o possível vínculo entre autoavaliação e atribuição de notas.

Nota é rendimento, o importante é a exposição do pensamento das crianças, nesse momento TB é possível avaliar as questões

individuais das crianças, como os problemas sociais, a interação e os agrupamentos que se formam, outro ponto importante é a

escuta sensível, tornar o momento prazeroso, não um campo de batalhas e cobranças.

Como não trabalho com notas, mas com

desempenho não tenho muito a dizer sobre números, mas sobre desenvolvimento

Resposta ao Questionário #6

Nome Fictício: Ana Luiza

Formação (graduação/especialização/mestrado/doutorado): Especialização

Trabalha com que série/ano? Grupo 3

Há quanto tempo trabalha com esta série/ano? 4 anos

Qual o perfil de escola em que trabalha (particular, pública?) Pública e Particular (dois vínculos)

Em que bairro se localiza a escola em que trabalha? Pituba (particular) e Boca do Rio (pública)

Para você avaliação é...

Registro da observação do crescimento da criança em todas as áreas do desenvolvimento (linguagem, cognição, corporal, artístico). Registro da sua relação consigo, com o outro e com o mundo. Registro das suas vivências nos processos planejados e não planejados.

Como você trabalha a avaliação na escola? Quais instrumentos de avaliação você mais utiliza?

Relatório em uma escola e Portfólio na outra (em formato digital), com registros de imagens, falas, atividades e das observações feitas com olhar individualizado.

O que você considera mais simples e mais complexo no ato de avaliar?

Mais simples: Registrar o que está sendo observado. Mais complexo: sistematizar o processo, definindo critérios que englobem a heterogeneidade de uma turma. É impossível. Na Educação Infantil esses critérios partem da subjetividade de cada criança, ou seja, eu não posso determinar que uma criança se “desenvolveu o suficiente” somente baseando o seu desempenho em uma determinada linguagem (oral, corporal, matemática, etc).

De que forma as crianças podem (se você considerar que podem) participar do ato avaliativo?

Tornando-a consciente do que ela já consegue realizar (e antes não conseguia). Questionando a elas o que ela fez pra conseguir fazer aquilo? O que ela precisou mudar para chegar até aquela determinada conquista. Caso a criança não seja oralizada, pedir que ela registre artisticamente o que ela aprendeu.

O que é autoavaliação? Você considera possível realizar práticas de autoavaliação com crianças? Comente.

Acredito, sim. De forma bem mediada pelo professor. No entanto, acredito ser mais viável com crianças oralizadas e que se encontrem na pré-escola (4 a 6 anos).

“A autoavaliação com crianças pode ser muito potente no processo avaliativo”. Comente essa afirmação.

A própria consciência da aprendizagem em si já demonstra o desenvolvimento de uma criança. Esse processo, quando trabalhado desde pequenos, permite a elas repetir padrões que considerem de sucesso e diminuir o que os levou a falha. Permite que a criança evolua da postura de tentativa-erro para uma postura crítica com tomadas de decisões mais direcionadas.

Que critérios você considera que não podem faltar para que as crianças avaliem suas próprias produções?

Desenvolvimento Oral / Qualidade da Narrativa / Encadeamento de ideias / Contextualização da Fala

Comente sobre o possível vínculo entre autoavaliação e atribuição de notas.

O valor atribuído às conquistas vão estar sempre relacionados ao nível de dificuldade que a criança atribua a tarefa, além da imagem que ele tem de si mesmo. Cabe ao professor orientá-los nesse processo, contando com a família sempre que possível - esse fator é imprescindível quando falamos de crianças

Resposta ao Questionário #7

Nome Fictício: Marina

Formação (graduação/especialização/mestrado/doutorado):Especialização

Trabalha com que série/ano? Educação infantil
Há quanto tempo trabalha com esta série/ano? 19 anos
Qual o perfil de escola em que trabalha (particular, pública?) Particular
Em que bairro se localiza a escola em que trabalha? Pituba

Para você avaliação é...
 Repensar, rever, um processo

Como você trabalha a avaliação na escola? Quais instrumentos de avaliação você mais utiliza?
 Observação, revisão. Portfólio

O que você considera mais simples e mais complexo no ato de avaliar?
 Cada indivíduo é único e cada um tem seu ritmo. Simples é ter esse olhar, basta querer e Complexo é ser fiel a esse olhar.

De que forma as crianças podem (se você considerar que podem) participar do ato avaliativo?
 Revendo seus pensamentos, trocando com os colegas...

O que é autoavaliação? Você considera possível realizar práticas de autoavaliação com crianças? Comente.
 Sim, claro. Elas são tão capazes quanto o adulto. Muitas vezes mais fiéis às suas respostas

“A autoavaliação com crianças pode ser muito potente no processo avaliativo”. Comente essa afirmação.
 A criança expressa com mais sinceridade suas ideias, sua troca e revisão é constante

Que critérios você considera que não podem faltar para que as crianças avaliem suas próprias produções?
 O processo

Comente sobre o possível vínculo entre autoavaliação e atribuição de notas.
 Ainda acho muito relativo se cada criança é única. Um assunto que ainda me mobiliza muito. É como se você fosse dar um preço ao trabalho do outro

Resposta ao Questionário #8

Nome Fictício: Kyu
Formação (graduação/especialização/mestrado/doutorado): Pedagoga
Trabalha com que série/ano? Grupo 3
Há quanto tempo trabalha com esta série/ano? 2 meses
Qual o perfil de escola em que trabalha (particular, pública?) Particular
Em que bairro se localiza a escola em que trabalha? Pituba

Para você avaliação é...
 Ver que o conteúdo que vc explicou seus alunos aprenderam e reproduziram

Como você trabalha a avaliação na escola? Quais instrumentos de avaliação você mais utiliza?

A escola que trabalho atualmente é montessoriana então seu processo de avaliação é dando no dia a dia do aluno conforto os conteúdos vão sendo passados o professor avalia

O que você considera mais simples e mais complexo no ato de avaliar?

Na educação infantil o avaliar se torna constante pois a cada dia o conteúdo sendo passado vamos avaliando se o aluno desenvolve ou não

De que forma as crianças podem (se você considerar que podem) participar do ato avaliativo?

Depende da instituição de ensino mais gosto muito de avaliar através de materiais concretos

O que é autoavaliação? Você considera possível realizar práticas de autoavaliação com crianças? Comente.

Na faixa etária na qual trabalho isso não é possível mesmo sendo uma instituição na qual estimula a autoestima da criança mais fica difícil para essa criança se autoavaliar

“A autoavaliação com crianças pode ser muito potente no processo avaliativo”. Comente essa afirmação.

Sim a depender do faixa etária isso se torna bacana de se ver

Que critérios você considera que não podem faltar para que as crianças avaliem suas próprias produções?

Conhecimento de si

Comente sobre o possível vínculo entre autoavaliação e atribuição de notas.

Na educação infantil isso não se aplica mais acho que o sistema de nota não é um método legal de se avaliar pq a criança pode está nervosa ou ansiosa naquele dia e não se sair vem para receber um nota

Resposta ao Questionário #9

Nome Fictício: Isa Oliveira

Formação (graduação/especialização/mestrado/doutorado): Normal Superior/ Psicopedagogia

Trabalha com que série/ano? 2 ano Fundamental I

Há quanto tempo trabalha com esta série/ano? 2 anos

Qual o perfil de escola em que trabalha (particular, pública?) Particular

Em que bairro se localiza a escola em que trabalha? Pituba

Para você avaliação é...

Coleta de Dados, informação, para uma posterior ação, visando a melhoria da qualidade da aprendizagem

Como você trabalha a avaliação na escola? Quais instrumentos de avaliação você mais utiliza?

Atividades diagnósticas/ autoavaliação/ Questionários e atividades de processo...

O que você considera mais simples e mais complexo no ato de avaliar?

Simple: elaborar o instrumento de avaliação, complexo: a sensibilidade da escuta, da observação para a formalização da avaliação de cada estudante...Compreender o nível mínimo e máximo de aprendizagem de cada educando

De que forma as crianças podem (se você considerar que podem) participar do ato avaliativo?

Nas discussões sobre o processo de aprendizagem/ realizando metacognições e autoavaliações.

O que é autoavaliação? Você considera possível realizar práticas de autoavaliação com crianças? Comente.

Sim. As crianças tem potencial para pensar sobre suas próprias construções e ações durante o processo

“A autoavaliação com crianças pode ser muito potente no processo avaliativo”. Comente essa afirmação.

Sim. Uma maneira de implicar os educandos, enquanto sujeitos ativos, responsáveis e potentes;dando sentido e significado ao seu aprendizado e também às suas limitações.

Que critérios você considera que não podem faltar para que as crianças avaliem suas próprias produções?

Uma aprendizagem que valoriza o processo e a construção do sujeito. Empatia, equidade e engajamento de todos os envolvidos no processo

Comente sobre o possível vínculo entre autoavaliação e atribuição de notas.

Para mim são duas coisas bem diferentes. Mas, talvez, a nota possa ter um maior sentido quando o educando se responsabiliza e toma consciência do seu processo de aprendizagem, podendo relacionar o seu desempenho a uma nota...

Resposta ao Questionário #10

Nome Fictício: Joana

Formação (graduação/especialização/mestrado/doutorado): Pedagogia

Trabalha com que série/ano? Educação infantil/G2/G4

Há quanto tempo trabalha com esta série/ano? 11 anos

Qual o perfil de escola em que trabalha (particular, pública?) Particular

Em que bairro se localiza a escola em que trabalha? Pituba

Para você avaliação é...

Um processo analítico da construção do conhecimento baseado na interação da criança.

Como você trabalha a avaliação na escola? Quais instrumentos de avaliação você mais utiliza?

Observação e registro

O que você considera mais simples e mais complexo no ato de avaliar?

Observar é fácil. Difícil é apartir dessa avaliação construir um relatório s conhecer a realidade dessa criança e ter que inferir sobre seu progresso

De que forma as crianças podem (se você considerar que podem) participar do ato avaliativo?

Refletirmos juntos sobre o seu desenvolvimento ao decorre da semanas. Conversando sobre o conteúdo, o que aprendeu e o que teve dificuldade, o que marcou. Criar um ambiente no qual se sinta seguro para refletir sobre suas práticas e de suas colegas.

O que é autoavaliação? Você considera possível realizar práticas de autoavaliação com crianças? Comente.

Autoavaliação é sermos capazes de refletir sobre a nossa atuação diante de uma situação. A criança aprende pela observação, manter o bicientário escolar saudável no qual a criança se sinta segurar para se expressar, opinar, criticar o seu desempenho e de todos envolvidos. Rodas de conversa antes e depois das atividades, nesse espaço deixar cada um comentar como foi para ele executar essa atividade, quais dificuldades ele enfrentou, ou se foi fácil, se poderia ter feito melhor, se algo faltou... de forma espontânea a criança avalia sua trajetória durante essa atividade, junto ou sozinho descobre soluções ou atalhos para melhor executar essa mesma atividade de a próxima vez.

“A autoavaliação com crianças pode ser muito potente no processo avaliativo”. Comente essa afirmação.

Perceber se como indivíduo atuante de sua própria vida de retira a criança da posição coadjuvante de sua própria e estória e o coloca na posição de autor. A criança entende a responsabilidade que tem como protagonista do processo de aprendizagem e nos como facilitadores estamos ali para criar um ambiente que favoreça essa percepção.

Que critérios você considera que não podem faltar para que as crianças avaliem suas próprias produções?

Os critérios devem ser escolhidos em conversa com a turma, nos como facilitadores podemos facilitar. Comportamento, interação, concentração, execução. Sempre optar por perguntas específicas: a atividade foi interessante? Você precisou de ajuda? Você trocou informações com os colegas? Explorou bem o papel?

Comente sobre o possível vínculo entre autoavaliação e atribuição de notas.

A Autoavaliação é um processo onde o indivíduo percebesse diante de uma determinada situações e a partir daí planejar estratégia para executa-la de forma mais eficiente. Não consigo relacionar notas a esse contexto.

Resposta ao Questionário #11

Nome Fictício: Virginia

Formação (graduação/especialização/mestrado/doutorado): Pedagogia / Pós TEA a partir da perspectiva da Psicanálise

Trabalha com que série/ano? Ed Infantil

Há quanto tempo trabalha com esta série/ano? 6
Qual o perfil de escola em que trabalha (particular, pública?) Particular
Em que bairro se localiza a escola em que trabalha? Rio Vermelho

Para você avaliação é...

Processual e por isso sugere que na práxis educativa é iminente a reflexão sobre o nosso fazer e como os estudantes realizam cada proposta. Levantar hipóteses e validar as especificidades dos sujeitos.

Como você trabalha a avaliação na escola? Quais instrumentos de avaliação você mais utiliza?

Atividade diversificadas como: coleta de dados na roda a partir da circularidade; levante hipóteses; propôs situações-problema e avaliar as estratégias de cada criança.

O que você considera mais simples e mais complexo no ato de avaliar?

Para avaliar é preciso planejar pois se faz necessário saber quais objetivos pretendemos, contudo na sala de aula a diversidade presente pede tempos variados o que em alguns momentos é restrito pelo calendário propostos pela instituição e seus materiais pedagógicos.

De que forma as crianças podem (se você considerar que podem) participar do ato avaliativo?

A partir de auto-avaliação; Assembleias que visem oportunizar relatos e seus registros; quadros comparativos sobre determinado assunto como: O que eu sabia? O que eu sei agora?; Dialogar sobre os sentimentos para validar o que sentimos nas vivências em sala de aula; E que eles participem da construção dos projetos e pedagógicos relatando o que possuem interesse em conhecer.

O que é autoavaliação? Você considera possível realizar práticas de autoavaliação com crianças? Comente.

É avaliar-se a partir de uma ótica de reflexão. Conhecer a si e os seus sentimentos. Sim, é possível.

“A autoavaliação com crianças pode ser muito potente no processo avaliativo”. Comente essa afirmação.

A partir do momento que pautamos a escuta do outro o inserimos no processo de forma a demonstrar respeito pelas suas experiências. É demonstrar que cada um tem uma vivência a partir de um fato.

Que critérios você considera que não podem faltar para que as crianças avaliem suas próprias produções?

Empatia;

Comente sobre o possível vínculo entre autoavaliação e atribuição de notas.

Como avaliamos os estudantes atribuindo notas demanda uma sobriedade sobre o percurso vivido até porque uma nota não transparece a complexidade existente na individualidade de cada um ao realizar uma atividade.

Resposta ao Questionário #12

Nome Fictício: Mascarenhas

Formação (graduação/especialização/mestrado/doutorado): Graduação em pedagogia com especialização em Neuropsicologia .

Trabalha com que série/ano? 2 ano do fundamental I

Há quanto tempo trabalha com esta série/ano? 1 ano

Qual o perfil de escola em que trabalha (particular, pública?) Particular

Em que bairro se localiza a escola em que trabalha? Pituba

Para você avaliação é...

Processo! Uma forma diária de estudar e perceber no cotidiano os avanços de cada criança, ajudando a avançar cada vez mais eu sua aprendizagem.

Como você trabalha a avaliação na escola? Quais instrumentos de avaliação você mais utiliza?

Utilizo vários instrumentos. A ficha de observação diária onde faço anotações tanto dos aspectos comportamentais como dos pedagógicos, observações diárias da linguagem (oral e escrita) e avaliação sistemática (escritas e orais).

O que você considera mais simples e mais complexo no ato de avaliar?

A padronização do instrumento diante das adversidades da sala de aula.

De que forma as crianças podem (se você considerar que podem) participar do ato avaliativo?

Sugerindo atividades, participando ativamente do planejamento das suas apresentações e fazendo uma autoavaliação do seu percurso escolar.

O que é autoavaliação? Você considera possível realizar práticas de autoavaliação com crianças? Comente.

Autoavaliação é o processo de avaliar-se . Pensar o seu próprio processo. Acredito ser necessário este processo. Há 3 anos faço isso com meus alunos de 7 a 9 anos. As crianças tem a habilidade de falar sobre si. Estou a caminho! Ao conviver com seus pares as crianças conseguem avaliar os comportamentos que precisam ser melhorados, bem como o que fazer para melhorar. É um momento importantíssimo de reconhecimento de si e do outro.

“A autoavaliação com crianças pode ser muito potente no processo avaliativo”. Comente essa afirmação.

Sim! Pois faz a criança pensar sobre si. Analisar sua atitude e aprendizado do seu próprio ponto de vista. O resultado da autoavaliação é super valiosa para o educador e para a própria criança.

Que critérios você considera que não podem faltar para que as crianças avaliem suas próprias produções?

Toda avaliação precisa ter bem definida o que está sendo avaliado. Logo, as crianças precisam saber que pontos elas estão sendo avaliadas com clareza.

Comente sobre o possível vínculo entre autoavaliação e atribuição de notas.

Acredito que a depender da atividade proposta é possível que ao finalizar os alunos possam examinar os critérios e pontuar suas tarefas. Mas, é preciso deixar bem definidos que critérios estarão sobre autoavaliação

Resposta ao Questionário #13

Nome Fictício: Pro J

Formação (graduação/especialização/mestrado/doutorado): Licenciatura em Pedagogia

Trabalha com que série/ano? Educação infantil

Há quanto tempo trabalha com esta série/ano? 5 anos

Qual o perfil de escola em que trabalha (particular, pública?) Comunitária

Em que bairro se localiza a escola em que trabalha? Periperi

Para você avaliação é...

Avaliação é uma maneira na qual o professor consegue acompanhar o desenvolvimento do ensino e aprendizagem do aluno.

Visando, a melhoria da sua práxis em sala de aula, de modo a garantir uma educação de qualidade e significativa.

Como você trabalha a avaliação na escola? Quais instrumentos de avaliação você mais utiliza?

A avaliação na educação infantil é feita de modo qualitativa. Através da observação e registro das aulas e atividades, bem como no acompanhamento individual de cada criança, levando em consideração os aspectos cognitivos, afetivos, motor.

O que você considera mais simples e mais complexo no ato de avaliar?

Mais simples é observar o desenvolvimento do ensino. O complexo é exigência às vezes de se impor que a educação infantil necessita de um olhar quantitativo.

De que forma as crianças podem (se você considerar que podem) participar do ato avaliativo?

Narrando e registrando seu próprio desenvolvimento de aprendizagem. Seja em desenho, ou uma atividade dirigida.

O que é autoavaliação? Você considera possível realizar práticas de autoavaliação com crianças? Comente.

É uma análise sobre si mesmo. Sim. As crianças tem capacidade de refletir e expor uma auto análise do seu desenvolvimento da maneira deles.

“A autoavaliação com crianças pode ser muito potente no processo avaliativo”. Comente essa afirmação.

Sim. Pois as crianças estarão expressando a sua visão sobre si. E desenvolvendo a capacidade crítica e também a autonomia.

Que critérios você considera que não podem faltar para que as crianças avaliem suas próprias produções?

Critérios que considerem sua identidade e expressão espontânea, daquilo que for posto em pauta.

Comente sobre o possível vínculo entre autoavaliação e atribuição de notas.

Na educação infantil e até 3 primeiros anos do ensino fundamental. Considero desnecessário. Cada criança tem seu tempo de aprender e assimilar o que se ensina.

Resposta ao Questionário #14

Nome Fictício: Ana

Formação (graduação/especialização/mestrado/doutorado): Especialização

Trabalha com que série/ano? Educação infantil

Há quanto tempo trabalha com esta série/ano? 8 anos

Qual o perfil de escola em que trabalha (particular, pública?) Publica

Em que bairro se localiza a escola em que trabalha? Boca do rio

Para você avaliação é...

O meio no qual o professor utiliza para analisar o desenvolvimento da aprendizagem do aluno. A avaliação engloba todo um processo não apenas a avaliação de registro.

Como você trabalha a avaliação na escola? Quais instrumentos de avaliação você mais utiliza?

Por se tratar de crianças pequenas, a avaliação precisa ser processual. Toda produção é analisada e valorizada. A cada unidade é necessário produzir um relatório tendo como base as diretrizes municipal da educação infantil.

O que você considera mais simples e mais complexo no ato de avaliar?

Não percebo complexidade na avaliação quando se tem clareza no que é proposto para a criança dentro daquilo que os documentos nacionais e municipais norteiam. Algo mais desafiador é avaliar uma criança com algum diagnóstico, que muitas vezes faltam suporte para ajudar no desenvolvimento da aprendizagem ou até mesmo aquelas crianças que possuem alguma questão fisiológica, psicológica mas não possui diagnóstico.

De que forma as crianças podem (se você considerar que podem) participar do ato avaliativo?

Através da autoavaliação. Em uma roda de conversa, levantar questões para que elas analisem e cheguem a conclusão daquilo que foi mais desafiador.

O que é autoavaliação? Você considera possível realizar práticas de autoavaliação com crianças? Comente.

Autoavaliação é o ato da criança analisar aquilo que foi aprendido. É possível utilizar na educação infantil. Lógico que elaborando estratégias para cada faixa etária.

“A autoavaliação com crianças pode ser muito potente no processo avaliativo”. Comente essa afirmação.

A criança precisa fazer parte do processo de ensino e aprendizagem, conseqüentemente da própria avaliação. Essa situação atua como um meio riquíssimo para ajudar a criança a ser um indivíduo crítico, reflexivo, com poder de tomar decisões.

Que critérios você considera que não podem faltar para que as crianças avaliem suas próprias produções?

Analisar o que foi solicitado, refletir sobre e analisar o que foi produzido.

Comente sobre o possível vínculo entre autoavaliação e atribuição de notas.

Dentro do processo avaliativo pode sim, a distúrbios esses dois olhares: o do professor para com o aluno e o do próprio aluno em cima das suas produções. O professor possui intencionalidade ao realizar uma avaliação de registro. Dentro de um todo, a criança vai refletir sobre sobre as suas ações sobre todo o processo. Ações distintas mas que podem andar juntas.

Resposta ao Questionário #15

Nome Fictício: Inês

Formação (graduação/especialização/mestrado/doutorado): Graduação

Trabalha com que série/ano? Grupo 2 e Grupo 3

Há quanto tempo trabalha com esta série/ano? Dois anos com cada um

Qual o perfil de escola em que trabalha (particular, pública?) Particulares

Em que bairro se localiza a escola em que trabalha? Pituba e Horto florestal

Para você avaliação é...

Um processo fundamental que vai muito além das notas e relatórios.

Como você trabalha a avaliação na escola? Quais instrumentos de avaliação você mais utiliza?

Portfólio e relatórios

O que você considera mais simples e mais complexo no ato de avaliar?

Na educação infantil o mais simples é identificar hipótese de escrita e fase do desenho. O mais difícil é manter o olhar sensível em todas as situações do cotidiano.

De que forma as crianças podem (se você considerar que podem) participar do ato avaliativo?

Através da escuta das suas falas e do seu comportamento.

O que é autoavaliação? Você considera possível realizar práticas de autoavaliação com crianças? Comente.

Sim. A escuta da criança permite que ela se sinta segura para avaliar a sua evolução e suas vivências

“A autoavaliação com crianças pode ser muito potente no processo avaliativo”. Comente essa afirmação.

Quando a criança se sente importante no seu processo de desenvolvimento, ela se torna mais segura em diversos âmbitos, conseqüentemente no escolar.

Que critérios você considera que não podem faltar para que as crianças avaliem suas próprias produções?

O respeito pela diversidade de visões de mundo e conscientização da importância da sua voz para o seu desenvolvimento.

Comente sobre o possível vínculo entre autoavaliação e atribuição de notas.

Não vejo a possibilidade de vínculos entre os dois

Resposta ao Questionário #16

Nome Fictício: Erick

Formação (graduação/especialização/mestrado/doutorado): Especialização

Trabalha com que série/ano? 3º ano

Há quanto tempo trabalha com esta série/ano? 4

Qual o perfil de escola em que trabalha (particular, pública?) Pública

Em que bairro se localiza a escola em que trabalha? Centro

Para você avaliação é...

Instrumento para alcançar a aprendizagem dos alunos e alunas

Como você trabalha a avaliação na escola? Quais instrumentos de avaliação você mais utiliza?

De forma contínua e utilizando os instrumentos como: prova, testes, atividades diárias e a observação.

O que você considera mais simples e mais complexo no ato de avaliar?

Mais simples são as atividades diárias, mas não menos importante. E mais complexa a prova.

De que forma as crianças podem (se você considerar que podem) participar do ato avaliativo?

Através de grupos focais estabelecidos pelo professor, ou seja, o professor(a) precisa oportunizar tal participação.

O que é autoavaliação? Você considera possível realizar práticas de autoavaliação com crianças? Comente.

É um meio de (re)ver e refletir se as metodologias utilizadas no processo de ensino-aprendizagem estão alcançando a aprendizagem.

“A autoavaliação com crianças pode ser muito potente no processo avaliativo”. Comente essa afirmação.

Tenho que concordar com a afirmação, pois é, na autoavaliação que o professor repensa as práticas pedagógicas.

Que critérios você considera que não podem faltar para que as crianças avaliem suas próprias produções?

A escuta dos estudantes sobre suas produções por parte do avaliador/professor.

Comente sobre o possível vínculo entre autoavaliação e atribuição de notas.

O vínculo entre autoavaliação e atribuição de nota é estabelecidos pelos procedimentos normativos dos espaços escolares e instituições superiores que impõem notas para quantificar a aprendizagem e assim estamos vinculados por regras impositivas que não nos permite agir de maneira contrária.

Resposta ao Questionário #17

Nome Fictício: Kyl

Formação (graduação/especialização/mestrado/doutorado): Superior Pedagogia

Trabalha com que série/ano? G2,G3,G5(Infantil) e 1º Ano Fundamental

Há quanto tempo trabalha com esta série/ano? 5 anos no Infantil e 1 ano no 1º

Qual o perfil de escola em que trabalha (particular, pública?) Particular

Em que bairro se localiza a escola em que trabalha? Eng Velho de Brotas

Para você avaliação é...

Ensinar/aprender/Ensinar como um ciclo

Como você trabalha a avaliação na escola? Quais instrumentos de avaliação você mais utiliza?

Atualmente no Infantil estamos usando observações e registro. No primeiro ano, provas escritas e orais e projetos com produções artísticas

O que você considera mais simples e mais complexo no ato de avaliar?

Avaliar e simples,mas ha complexidade em mudanças desse avaliar devido aos pais acharem que avaliar eh só fazer provas como resultado final de aprendizagem.

De que forma as crianças podem (se você considerar que podem) participar do ato avaliativo?

Elas podem participar de todos os momentos desde o planejamento da avaliação inclusive dizendo o que acham de cada instrumento avaliativo

O que é autoavaliação? Você considera possível realizar práticas de autoavaliação com crianças? Comente.

Autoavaliação é compreender seu processo de aprendizagem.Acredito que sim mas é uma prática que não tenho experiência com pequenos.

“A autoavaliação com crianças pode ser muito potente no processo avaliativo”. Comente essa afirmação.

Pensando nos alunos de fundamental vejo mais possibilidades pois eles já têm competências desenvolvidas para se auto observarem.

Que critérios você considera que não podem faltar para que as crianças avaliem suas próprias produções?

Incentivo, representatividade, critérios bem desenvolvidos antes da auto avaliação para que compreendam o que será feito.

Comente sobre o possível vínculo entre autoavaliação e atribuição de notas.

Com um processo que deixe claro a verdadeira função da avaliação acredito que o vinculo eh possível pois ai as notas aplicadas não serão somente para somar.

Resposta ao Questionário #18**Nome Fictício: Flora****Formação (graduação/especialização/mestrado/doutorado): Mestrado****Trabalha com que série/ano? 1º ano do Ensino Fundamental****Há quanto tempo trabalha com esta série/ano? 1 ano****Qual o perfil de escola em que trabalha (particular, pública?) Particular****Em que bairro se localiza a escola em que trabalha? Pituba**

Para você avaliação é...

Uma das ferramentas que o professor deve ter para conhecer o seu aluno e o seu processo de aprendizagem.

Como você trabalha a avaliação na escola? Quais instrumentos de avaliação você mais utiliza?

As avaliações são elaboradas de acordo com os temas trabalhados para que a criança possa demonstrar o seu conhecimento e competências alcançadas. Instrumentos: avaliações escritas/marcas, trabalhos em grupos, pesquisas, ditados, formulários digitais, além da observação diária do educando.

O que você considera mais simples e mais complexo no ato de avaliar?

Para mim o mais difícil é atribuir notas às crianças de 6 anos.

De que forma as crianças podem (se você considerar que podem) participar do ato avaliativo?

Realizando a autocorreção de suas atividades acompanhando a correção do professor em sala.

O que é autoavaliação? Você considera possível realizar práticas de autoavaliação com crianças? Comente.

Durante a autoavaliação a criança tem a oportunidade de refletir sobre o seu processo de aprendizagem. Além de ser uma forma de reforçar a autoestima, uma vez que o aluno consegue perceber seus avanços e também dificuldades.

“A autoavaliação com crianças pode ser muito potente no processo avaliativo”. Comente essa afirmação.

A autoavaliação faz a criança se perceber como protagonista no seu processo de aprendizagem.

Que critérios você considera que não podem faltar para que as crianças avaliem suas próprias produções?

Para se auto avaliar a criança precisa ter referências, precisa conhecer os assuntos trabalhados e assim, se sentirá segura para entender o erro e as suas produções de uma forma geral.

Comente sobre o possível vínculo entre autoavaliação e atribuição de notas.

Quando a criança realiza uma autoavaliação, ela consegue compreender melhor a nota que lhe foi atribuída. Isso se reflete nas propostas subsequentes, nas quais elas vão ter a

oportunidade de melhorar o seu desempenho. É um processo que ajuda a dar mais segurança a criança, que inevitavelmente se preocupa com notas.

Resposta ao Questionário #19

Nome Fictício: Nay

Formação (graduação/especialização/mestrado/doutorado): Especialização

Trabalha com que série/ano? 3ano

Há quanto tempo trabalha com esta série/ano? 13 anos

Qual o perfil de escola em que trabalha (particular, pública?) Particular

Em que bairro se localiza a escola em que trabalha? Stella

Para você avaliação é...

Um processo

Como você trabalha a avaliação na escola? Quais instrumentos de avaliação você mais utiliza?

O processo tradicional avaliação impressa e/ou formulário

O que você considera mais simples e mais complexo no ato de avaliar?

A falta de oportunidade de levar em consideração o processo do aluno em sala e pontuar de fato a sua atuação...

De que forma as crianças podem (se você considerar que podem) participar do ato avaliativo?

Infelizmente, não podem.

O que é autoavaliação? Você considera possível realizar práticas de autoavaliação com crianças? Comente.

Autoavaliação é a reflexão sobre o próprio desempenho e um meio eficiente.

“A autoavaliação com crianças pode ser muito potente no processo avaliativo”. Comente essa afirmação.

Significativamente

Que critérios você considera que não podem faltar para que as crianças avaliem suas próprias produções?

O diálogo é muito interessante para que a criança “análise” seu desempenho

Comente sobre o possível vínculo entre autoavaliação e atribuição de notas.

Eu não vejo possibilidades de através de uma nota vincular a uma autoavaliação

Resposta ao Questionário #20

Nome Fictício: Joana

Formação (graduação/especialização/mestrado/doutorado): Pedagogia

Trabalha com que série/ano? 3º ano

Há quanto tempo trabalha com esta série/ano? 4 anos

Qual o perfil de escola em que trabalha (particular, pública?) Particular

Em que bairro se localiza a escola em que trabalha? Costa Azul

Para você avaliação é...

Uma maneira de regular o processo de ensino/aprendizagem

Como você trabalha a avaliação na escola? Quais instrumentos de avaliação você mais utiliza?

Utilizo uma ficha com todas as expectativas de Aprendizagem em torno de um determinado projeto, na qual as crianças, juntamente com as professoras vão regulando com critérios pré-definidos o que eles já aprenderam e o que precisam continuar investindo. Desse modo, todas as atividades realizadas são vistas como instrumentos que ajudam a acompanhar o processo de construção de conhecimento esperada com o projeto.

O que você considera mais simples e mais complexo no ato de avaliar?

Nada é simples no processo de avaliar, tendo em vista ser um ato que envolve culturas e crenças cristalizadas na educação, através do qual por muito tempo se acreditava que era possível classificar, medir o conhecimento. Contudo, algumas concepções mais recentes tem tensionado esse entendimento e assim a avaliação se desenha não como um instrumento, mas um ato que deve ser constante e favorecer a aprendizagem. Nesse sentido ela se torna complexa pois, o professor precisa estar atento e envolvido no processo de construção de conhecimento das crianças, que geralmente é diverso. Além de precisar definir critérios claros para uma particip-AÇÃO ativa dos estudantes.

De que forma as crianças podem (se você considerar que podem) participar do ato avaliativo?

Acompanhando o seu processo de construção de conhecimento em torno de um objeto de estudo.

O que é autoavaliação? Você considera possível realizar práticas de autoavaliação com crianças? Comente.

Acho possível, tendo em vista que com ajuda (já que as crianças ainda estão aprendendo) eles podem olhar para o que foi previsto e ir dialogando o e se dando conta do que já construiu de conhecimento, assim como sinalizar para o adulto o que não consegue compreender ainda.

“A autoavaliação com crianças pode ser muito potente no processo avaliativo”. Comente essa afirmação.

Isso possibilita à educação formar sujeitos autônomos e capazes de autorregular-se em um processo colaborativo e aberto, já que o conhecimento não tem limite, ele é uma obra aberta em constante construção .

Que critérios você considera que não podem faltar para que as crianças avaliem suas próprias produções?

Clareza no que se espera que eles aprendam diante das situações didáticas propostas

Comente sobre o possível vínculo entre autoavaliação e atribuição de notas.

Não vejo problema, se o "peso" atribuído estiver relacionado à critérios claros e com o conhecimento prévio de quem está sendo avaliado.

Resposta ao Questionário #21

Nome Fictício: Gisele

Formação (graduação/especialização/mestrado/doutorado): Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade

Trabalha com que série/ano? 2º

Há quanto tempo trabalha com esta série/ano? 2 anos

Qual o perfil de escola em que trabalha (particular, pública?) particular

Em que bairro se localiza a escola em que trabalha? Costa Azul

Para você avaliação é...

o processo que revela o que e quanto o aluno aprendeu

Como você trabalha a avaliação na escola? Quais instrumentos de avaliação você mais utiliza?

Processualmente. Com fichas de expectativas

O que você considera mais simples e mais complexo no ato de avaliar?

O mais simples é o processo vivido e pensa sobre ele. O mais complexo é mensurar o que muitas vezes é imensurável.

De que forma as crianças podem (se você considerar que podem) participar do ato avaliativo?

Conhecendo os itens pelas quais ela é avaliada e pensando sobre o que aprendeu.

O que é autoavaliação? Você considera possível realizar práticas de autoavaliação com crianças? Comente.

Autoavaliação é o ato de refletir para seu próprio processo de aprendizagem e tentar conceituá-lo. Sim, as crianças tem plena condição de pensar e refletir sobre o que elas tem construído ao longo do processo

“A autoavaliação com crianças pode ser muito potente no processo avaliativo”. Comente essa afirmação.

Colocar a criança para refletir sobre seu processo de aprendizagem é dar-lhe a oportunidade de revisitar os caminhos percorridos e reconhecer em quais pontos ela teve mais facilidade e em outros mais dificuldade.

Que critérios você considera que não podem faltar para que as crianças avaliem suas próprias produções?

O conhecimento do que elas estão sendo avaliadas.

Comente sobre o possível vínculo entre autoavaliação e atribuição de notas.

A atribuição de notas é uma consequência do ato avaliativo.

Resposta ao Questionário #22

Nome Fictício: Nina Sá

Formação (graduação/especialização/mestrado/doutorado): Psicologia

Trabalha com que série/ano? Educação Infantil: grupo 4

Há quanto tempo trabalha com esta série/ano? 8 anos
Qual o perfil de escola em que trabalha (particular, pública?) Particular
Em que bairro se localiza a escola em que trabalha? Pituba

Para você avaliação é...
 Processual

Como você trabalha a avaliação na escola? Quais instrumentos de avaliação você mais utiliza?
 Observação, atividades pedagógicas, rodas de investigação

O que você considera mais simples e mais complexo no ato de avaliar?
 Processo de construção da escrita

De que forma as crianças podem (se você considerar que podem) participar do ato avaliativo?
 Através de atividades metacognitivas

O que é autoavaliação? Você considera possível realizar práticas de autoavaliação com crianças? Comente.
 Às vezes

“A autoavaliação com crianças pode ser muito potente no processo avaliativo”. Comente essa afirmação.
 Potente de descobertas e solidificação da aprendizagem

Que critérios você considera que não podem faltar para que as crianças avaliem suas próprias produções?
 Observação de suas produções e oralidade em relação a elas

Comente sobre o possível vínculo entre autoavaliação e atribuição de notas.
 Desnecessários

Resposta ao Questionário #23

Nome Fictício: Mary
Formação (graduação/especialização/mestrado/doutorado): Graduação
Trabalha com que série/ano? Educação infantil
Há quanto tempo trabalha com esta série/ano? 19 anos
Qual o perfil de escola em que trabalha (particular, pública?) Particular
Em que bairro se localiza a escola em que trabalha? Pituba

Para você avaliação é...
 Aprendizagem

Como você trabalha a avaliação na escola? Quais instrumentos de avaliação você mais utiliza?
 Avaliação por observação , vivências

O que você considera mais simples e mais complexo no ato de avaliar?
A psicologia da criança

De que forma as crianças podem (se você considerar que podem) participar do ato avaliativo?

Processualmente

O que é autoavaliação? Você considera possível realizar práticas de autoavaliação com crianças? Comente.

Sim. Avaliará as crianças de forma processual

“A autoavaliação com crianças pode ser muito potente no processo avaliativo”. Comente essa afirmação.

Sim. Para observar o nível de aprendizagem em que elas estão

Que critérios você considera que não podem faltar para que as crianças avaliem suas próprias produções?

Coordenação motora

Comente sobre o possível vínculo entre autoavaliação e atribuição de notas.

Não concordo

Resposta ao Questionário #24

Nome Fictício: Jacqu

Formação (graduação/especialização/mestrado/doutorado): Graduação

Trabalha com que série/ano? Fundamental 1

Há quanto tempo trabalha com esta série/ano? 2 anos

Qual o perfil de escola em que trabalha (particular, pública?) Particular

Em que bairro se localiza a escola em que trabalha? Vila Laura

Para você avaliação é...

Dispensável

Como você trabalha a avaliação na escola? Quais instrumentos de avaliação você mais utiliza?

Brincadeiras, jogos.

O que você considera mais simples e mais complexo no ato de avaliar?

Com o híbrido fica muito complicado avaliar quem está online com câmera e áudio fechados.

De que forma as crianças podem (se você considerar que podem) participar do ato avaliativo?

Elas não só podem como devem participar. A auto avaliação é importante e necessária

O que é autoavaliação? Você considera possível realizar práticas de autoavaliação com crianças? Comente.

É o momento em que a criança avalia a si mesma, fazendo reflexões, ponderando, tirando conclusões.

“A autoavaliação com crianças pode ser muito potente no processo avaliativo”. Comente essa afirmação.

Em muitos casos, é ali que a criança percebe o que pode/deve ser melhorado, aprofundado, o que não foi compreendido. Diante desse diagnóstico fica mais simples a condução para as próximas etapas

Que critérios você considera que não podem faltar para que as crianças avaliem suas próprias produções?

Ambiente físico. Emocional da criança. Conteúdo claro.

Comente sobre o possível vínculo entre autoavaliação e atribuição de notas.

Notas ainda são necessárias, mas não no fundamental 1. Penso ser mais importante e necessário fortalecer o emocional das crianças, suas relações interpessoais, o "eu", o respeito ao outro e suas múltiplas individualidades para, então, acrescentar notas.